

actualidade  
portuguesa

MORÆS  
edifres

# debate sobre o programa de política económica e social

contribuições de  
ministro melo antunes · francisco s. cabral  
césar de oliveira · l. ferraz de carvalho  
j. martins pereira · j. cravinho · eugénio rosa





*Actualidade Portuguesa*

DEBATE SOBRE O PROGRAMA  
DE POLITICA ECONOMICA E SOCIAL

## *Actualidade Portuguesa*

Volumes publicados :

*Política Nacional e Relações Internacionais*, de José Pedro Pinto Leite / *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*, de Miller Guerra / *Documentos Políticos*, de António Alçada Baptista / *Algumas Reflexões sobre a Situação da Indústria em Portugal*, de Domingos Manuel Megre / *Órgãos de Soberania: A Assembleia Nacional — Um Debate*, de A. Carlos Lima / *Uma Tentativa de Participação Política*, de Francisco Sá Carneiro / *A Liberalização Bloqueada*, de Francisco Sá Carneiro / *Progresso na Liberdade*, de Miller Guerra (2.<sup>a</sup> edição) / *Sedes: Dossier 70/72*, de Emílio Rui Vilar e A. Sousa Gomes / *Encontro de Reflexão Política*, de Magalhães Mota, O. Dias e José da Silva / *Portugal para onde vais?*, Documento de Trabalho Sedes / *Emigração e Despovoamento*, Documento de Trabalho Sedes / *Para uma Política de Saúde*, Documento de Trabalho Sedes / *O Novo Regulamento da Bolsa e Legislação Complementar*, com comentário de Jorge Arriaga da Cunha / *Para Uma Renovação do Desporto Nacional*, de Manuel Sérgio / *S. Tomé e Príncipe: do Colonialismo à Independência*, Introdução e coordenação de Carlos Benigno da Cruz / *Debate sobre o Programa de Política Económica e Social*, contribuições de Ministro Melo Antunes, Francisco S. Cabral, César de Oliveira, L. Ferraz de Carvalho, J. Martins Pereira, J. Cravinho e Eugénio Rosa.

# DEBATE SOBRE O PROGRAMA DE POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL

Contribuições de

Ministro Melo Antunes, Francisco S. Cabral,  
César de Oliveira, L. Ferraz de Carvalho,  
J. Martins Pereira, João Cravinho e Eugénio  
Rosa

© 1975 by Moraes Editores

Moraes Editores

Rua do Século, 34-2.º, Lisboa 2 — Portugal

*Encontrava-se o presente volume na tipografia quando o 11 de Março veio permitir o lançamento de uma política económica que ultrapassa o Programa de Política Económica e Social, o que logo se concretizou com a nacionalização da banca e dos seguros. Assim, encontram-se parcialmente desactualizados não só o resumo comentado de F. S. Cabral, como as análises críticas de J. Martins Pereira, João Cravinho e Eugénio Rosa. Não obstante, constituindo aquele Programa um importante documento, quanto mais não seja no quadro do desenvolvimento histórico da revolução iniciada em 25 de Abril, julgou-se de interesse manter na sua forma original os referidos textos neste volume, que inclui, também, uma entrevista televisada do major Melo Antunes.*



**RESUMO DO «PROGRAMA DE POLÍTICA  
ECONÓMICA E SOCIAL»**

(Texto publicado no *Diário Popular*  
de 21 de Fevereiro de 1975)

1. O *Programa de Política Económica e Social* representa uma escolha quanto aos caminhos a seguir pela economia e pela sociedade portuguesas nos próximos tempos. A expressão «reformas revolucionárias», que se encontra no texto do *Programa*, traduz bem essa opção: a recusa de (necessariamente de forma brusca e violenta) varrer desde já o sistema capitalista do horizonte nacional, para se adoptar uma via em que esse sistema é politicamente enquadrado e controlado,

num processo de que se percorrem, agora, apenas os primeiros passos.

A economia herdada pelo 25 de Abril estava, e está, muito dependente de centros privados de decisão. De acordo com o *Programa* agora divulgado, continuará a ser privada a grande maioria das empresas que, neste país, produzem bens e serviços — mas a sua actividade, particularmente no que respeita aos grandes grupos, passará a estar sob o controle, que se espera efectivo, do poder político.

Escolhendo esta via — no que terão pesado condicionantes geográficas e históricas — o Governo Provisório e o M. F. A. necessitam, para serem bem sucedidos, de assegurar dois pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, os centros privados de decisão — funcionando, agora, num enquadramento político e social novo — haverão de se vencer a investir, a criar empregos, a aumentar a riqueza nacional através da sua actividade própria (e será inútil lembrar que as possibilidades actuais de efectiva intervenção, directa ou indirecta, do Estado na economia têm limites financeiros, humanos e de organização bem evidentes).

Por outro lado, existe o risco inverso de o poder económico se reforçar a ponto de vir, mais tarde ou mais cedo, a pôr em causa os objectivos socializantes deste *Programa* e o processo iniciado em 25 de Abril — por isso, a estratégia das «re-

formas revolucionárias» implica que um poder político forte mantenha permanente e vigilante ascendência sobre os centros privados de decisão económica.

Para tal deverá contribuir a institucionalização do M. F. A., força capaz de, no respeito da Democracia, garantir o êxito do caminho difícil em que o *Programa de Política Económica e Social* apostou.

2. Depois de muitas semanas de expectativa, de boatos e de especulações, foi publicado o documento em que o Governo Provisório e o M. F. A. definem melhor as suas ideias, os seus objectivos e os seus métodos quanto à vida económica e social do País.

Não é um plano o volume de quase 200 páginas há pouco divulgado: o seu título — *Programa de Política Económica e Social* — só por si revela que se trata, sobretudo, de assentar num certo número de orientações e de princípios. É, assim, um programa essencialmente político, pois traduz a escolha de determinados caminhos que a economia e a sociedade portuguesas deverão percorrer.

É certo que neste documento também encontramos setenta medidas — algumas bem importantes — que deverão ser tomadas a curto prazo. Mas o essencial encontra-se nas grandes opções que este *Programa* contém, explicitando o que,

muito sinteticamente, se lê no Programa do M. F. A. De resto, em função de tais opções não só se estabelecem, no próprio documento agora divulgado, medidas a concretizar a curto prazo, como está a ser elaborado um Plano — esse, sim, com números, previsões, investimentos, etc.

Porque parte de um Governo Provisório, tal plano — chamado *Plano Económico de Transição* — terá o horizonte de um ano. Simplesmente, como muitas das medidas a tomar e dos empreendimentos a lançar se projectam no tempo para além de um ano, tanto o *Plano Económico de Transição*, a publicar em breve, como o presente *Programa de Política Económica e Social* (que lhe serve de guia) se enquadram numa perspectiva temporal mais longa — três anos, a título prospectivo.

3. Porque se ultrapassa a perspectiva do curto prazo? Pois, naturalmente, porque os problemas a resolver não são meras distorções de conjuntura económica, antes traduzem, na sua maior parte, deficiências estruturais muito fundas, que não se corrigem de um dia para o outro.

Ora, ao contrário do que acontecia com o I Governo Provisório, cujo programa referia a impossibilidade de proceder a grandes «reformas de fundo», o *Programa de Política Económica e Social* acentua muito claramente: «a prática dos últimos meses tem vindo a demonstrar, de forma

insofismável, a inviabilidade da não adopção, desde agora, de profundas reformas económicas e sociais, sob pena de se não atingirem os objectivos fundamentais da Revolução do 25 de Abril».

Recordemos, antes de mais, o que diz o Programa do M. F. A. ao abordar matéria económica e social:

«O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

- a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;
- b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses.»

4. Mais explícito, o *Programa de Política Económica e Social* define assim os princípios orientadores fundamentais da acção do Governo:

- a) Controle do poder económico pelo poder político, dentro do objectivo mais

geral de construção de uma autêntica democracia económica;

- b) Definição de uma política económica e social que coloque os recursos nacionais ao serviço da melhoria das condições de vida da população portuguesa, em particular das camadas sociais mais desfavorecidas e das classes trabalhadoras em geral;
- c) Prossecução de uma política de independência nacional, tendo em conta os condicionalismos criados pela dimensão do País nos domínios das relações comerciais e da cooperação internacional.

Numa perspectiva mais imediata, dada a natureza dos problemas que mais afectam presentemente a economia nacional, serão os seguintes os objectivos concretos do *Plano Económico de Transição*:

- a) Garantir um elevado e estável nível de emprego, aumentando o nível de investimento (público e privado) para dinamizar a actividade económica e assegurar as condições necessárias ao crescimento económico a médio prazo;
- b) Estabilização do processo inflacionista e sua progressiva redução, garantindo

o acesso da população aos bens e serviços essenciais e assegurando os necessários equilíbrios monetário-financeiros, com estímulo à poupança pública e privada;

- c) Melhorar a distribuição do rendimento e do produto nacionais, expandindo, nomeadamente, os consumos colectivos e garantindo adequadas condições de vida aos que se situam nos mais baixos escalões de rendimento;
- d) Atenuar o desequilíbrio das balanças comercial e de pagamentos.

Uma vez que a curto prazo existem conflitos entre a realização dos diferentes objectivos, sendo impossível satisfazê-los a todos no mesmo grau simultaneamente, a forma como são indicados define uma ordem de prioridade que deverá, em termos gerais, servir de orientação às políticas concretas a definir.

5. É de acordo com a via política escolhida pelo 25 de Abril que se concretizam, neste *Programa*, os princípios enunciados — via que se traduziu numa «revolução não violenta, liderada pelas forças armadas, com o apoio significativo, desde a primeira hora, de largas camadas da população».

Assim, pretende levar-se a cabo uma reforma profunda do sistema, «reforma que não desejamos que se produza de modo brusco e violento, mas que nem por isso é menos revolucionária», e que se traduz, essencialmente, no controle e orientação do poder económico pelo poder político, expressão decisiva da «estratégia antimonopolista». E porque de estratégia se trata, a concretização do seu imperativo socializante far-se-á progressivamente, à medida que o processo histórico português avançar, em função de um esquema original em que o M. F. A. ocupa o lugar de vanguarda e de acordo com um projecto de sociedade que não pode surgir agora de forma acabada.

Para já, a base de onde partirão essas «reformas revolucionárias» não pode ser uma economia em desagregação. Por isso, o *Programa de Política Económica e Social* considera «tarefa essencial» evitar rupturas comprometedoras do funcionamento do sistema económico. Tudo se deverá fazer sem alterações violentas e bruscas, nem sequer mudanças radicais da ordem jurídica, nomeadamente quanto ao direito de propriedade.

É assim, por exemplo, que se garante actualização livre à iniciativa privada no campo que lhe é demarcado (e sem prejuízo da orientação e intervenção do Estado que o *Programa* indica com clareza), que se incentivará a aquisição de casa própria, que se assegura a não estatização das

instituições privadas de segurança social (desde que se integrem nos objectivos do Governo e beneficiem as comunidades que devem servir), que certas acções de apoio aos pequenos agricultores só serão realizadas com a prévia concordância e adesão dos interessados, que se atende à situação específica dos pequenos e médios senhorios rurais, para que possam tirar rendimento compensador das suas propriedades, etc.

6. Ao dinamismo, imaginação e competência dos empresários fica garantido um vasto campo de actuação segundo as regras específicas da economia de mercado. «O investimento privado — diz o *Programa* — deverá continuar a desempenhar um papel importante na dinamização da vida económica nacional».

E se a intervenção controladora do Estado, prevista neste *Programa de Política Económica e Social*, assume grande relevo (como se mostra mais adiante), a verdade é, também, que as «regras do jogo» ficam definidas; por exemplo, declara-se expressamente que só é imposta a participação exclusiva ou maioritária do sector público no caso dos sectores referidos no capítulo do *Programa* sobre «Política de controle do poder económico». As empresas públicas que funcionem noutros sectores viverão em regime de concorrência, em igualdade de condições com o sector privado. Esclarece-se, por outro lado, que

as intervenções do Estado com base no decreto-lei n.º 660/74, de 20 de Novembro, têm apenas por objecto controlar as graves consequências financeiras do desequilíbrio de algumas empresas que mobilizaram grandes somas de capital alheio e prevenir a paralisação ou redução de actividades produtivas com grande influência no nível de emprego ou na oferta de produtos essenciais.

O *Programa* entende que a política nele contida «não pode constituir obstáculo e razão de hesitação para os investidores privados que encaram a realização de projectos que possam trazer real benefício à economia nacional, aumentando a capacidade produtiva, alargando a oferta de empregos, promovendo o aumento da produtividade e o progresso tecnológico, criando possibilidades de expansão das exportações, etc.» Pelo contrário: «os projectos de investimento privado que respondam a estas condições merecerão o activo apoio da política económica governamental e serão mesmo, quando os seus méritos forem comprovadamente reconhecidos, estimulados através de facilidades diversas».

Não se prescinde, também, da colaboração do empresário estrangeiro, pois, perante o nosso atraso e a nossa dimensão, «será impossível dispensarmos os investimentos directos externos» que se enquadrem nas orientações traçadas ao desenvolvimento económico nacional. É certo que os investimentos estrangeiros podem envolver as-

pectos negativos; daí que o Governo se proponha publicar um Código de Investimento Estrangeiro, contendo uma disciplina jurídica que reprima ou evite tais efeitos indesejáveis e, ao mesmo tempo, defina com clareza as garantias necessárias para atrair os investimentos que apresentem efectivo interesse para a economia nacional.

7. *O Programa de Política Económica e Social* reconhece que tem havido factores de «instabilidade e perda de confiança por parte de sectores da iniciativa privada sinceramente dispostos a participar na construção da nova sociedade». A instauração na luta social em várias empresas e serviços de «métodos anarquizantes» e de «tendências demagógicas ou ultra-esquerdistas», com consequente crise de autoridade e demissão das responsabilidades, tem favorecido tal ambiente.

Ora, «numa economia em que a maior parte da actividade económica continuará a ser assegurada pelo sector privado, tem de existir, da parte dos vários intervenientes, uma atitude de respeito pelas regras de funcionamento estabelecidas na lei e de colaboração activa na tarefa de reconstrução». Assim, o Governo considera preocupação prioritária «evitar a deterioração da conjuntura e dinamizar a actividade económica a curto prazo, estabilizando a situação e restabelecendo a confiança por forma a poder-se, então, planear transformações em bases mais sólidas».

Contrariando um clima de incerteza e de falta de confiança que se manifesta na quebra relativa do investimento privado e na preferência excessiva pela liquidez e pelo entesouramento, «o Governo tudo fará para que, dentro das regras da nova ordem democrática, se estabeleça a confiança e se crie um ambiente de serenidade e esperança no futuro». Mas adverte: «tem, porém, de contar para isso com a colaboração activa da população».

Desta maneira, acentua o *Programa* que o Governo Provisório, em aliança com o M. F. A. e as classes trabalhadoras, terá duas frentes de luta: uma, contra os «grupos anarquizantes instalados no seio dos próprios trabalhadores (manuais ou intelectuais) e que tanto têm perturbado o normal desenvolvimento do processo de democratização em curso»; outra, contra «os grupos económicos e políticos que objectivamente resistam ao desenvolvimento de uma estratégia antimonopolista coerente e recusem a democratização da sociedade portuguesa».

O que seja tal estratégia antimonopolista — porventura o cerne deste *Programa de Política Económica e Social* — constitui tema a tratar a seguir.

8. O controle do poder económico pelo poder político, dentro do objectivo mais geral de construção de uma autêntica democracia, constitui o

primeiro dos princípios orientadores fundamentais da acção do Governo em matéria de política económica e social. Pretende-se, com efeito, «construir uma sociedade em que a intervenção do Estado seja garantia da utilização dos principais recursos económicos ao serviço do bem-estar do povo português».

O *Programa de Política Económica e Social* tem, neste domínio do controle do Estado, a sua contribuição mais inovadora. Cinco objectivos básicos são, aí, apontados para a estratégia anti-monopolista que o Programa do M. F. A. adoptou:

- controle dos sectores básicos do aparelho produtivo que, pela sua posição estratégica na malha das relações económicas, afectam decisivamente o funcionamento ou a aplicação dos recursos em vastos sectores da economia;
- controle da exploração dos recursos naturais essenciais do País;
- controle dos sectores cujas condições técnicas de funcionamento conduzem naturalmente a que tenham de ser explorados em situação de monopólio;
- correcção dos abusos a que a concentração excessiva do poder económico pode dar lugar, transpondo-se para os domínios social e político e pondo em

risco a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática;

- enquadramento, em geral, da actuação do sector privado, com o fim de planear a evolução da economia no sentido da satisfação das necessidades da maioria da população.

9. Entre as medidas previstas para controlar o funcionamento do sistema bancário (e que deverão ter aplicação imediata, de modo a estabelecer uma disciplina mais apertada e uma fiscalização mais eficaz das instituições de crédito e parabancárias), referem-se modificações da legislação bancária, reforço dos meios de fiscalização oficial das autoridades monetárias, fixação de penalidades mais efectivas contra actuações ilegais ou fraudulentas nessas instituições, incluindo, no caso dos delitos mais graves, a cassação de alvarás, a intervenção do Estado na gestão, o arresto das empresas e a prisão dos responsáveis. O reforço desta disciplina protegerá os depositantes, contribuindo para manter a indispensável confiança da população no sistema bancário.

Especificamente quanto aos bancos comerciais, saliente-se, ainda, que serão revistas as normas sobre selectividade de crédito, prevendo-se regras sobre limites do crédito concedido a uma só empresa, limite de participações finan-

ceiras, centralização de informações sobre crédito distribuído acima de determinado nível, limitações a certos tipos de crédito, possibilidade de exigência pelas autoridades monetárias de elementos de informação pormenorizada sobre a estrutura financeira das empresas beneficiárias de grandes créditos e sobre as aplicações dadas por essas empresas aos empréstimos recebidos, etc.

O Estado retomará a maioria do capital do Crédito Predial Português, sendo considerada a possível criação, no âmbito do sector público e na medida em que estudos a elaborar o justifiquem, de um banco de comércio externo e de institutos especializados no domínio do crédito agrícola (Instituto de Crédito Agrícola e caixas de crédito agrícola mútuo) e do crédito às pequenas e médias empresas (as quais, por outro lado, gozarão de facilidades e taxas preferenciais de redesconto no Banco de Portugal, tal como também se previu para as actividades da construção civil e da exportação). Será preparada a reabertura da Bolsa, devendo, antes, proceder-se ao registo das acções ao portador.

Quanto à indústria seguradora, será revista a respectiva legislação, sujeitando o sector a objectivos de interesse económico e social. Para já, o seguro automóvel passa a obrigatório.

10. O início da reforma agrária constitui, como aliás se esperava, um dos aspectos mais im-

portantes do *Programa de Política Económica e Social*. Prevê-se legislação que permita a expropriação, pelo Estado, das terras de regadio ou potencialmente aptas para regadio que excedam cerca de 50 hectares (expropriação mediante indemnização a pagar aos proprietários), e a revisão do regime de exploração das terras beneficiadas por obras de regadio financiadas pelo sector público.

Será estabelecida, para as grandes propriedades, a obrigatoriedade do cumprimento de programas de exploração. Se tais programas não forem cumpridos, o Estado procederá ao arrendamento compulsivo ou, mesmo, à expropriação.

As terras incultas ou insuficientemente aproveitadas serão sujeitas a forte tributação. O Estado poderá, aliás, intervir requisitando, arrendando compulsivamente ou expropriando as propriedades agrícolas onde se verifiquem actos de sabotagem económica, como a não efectivação ou a destruição de colheitas. Por outro lado, os baldios indevidamente apropriados serão restituídos às comunidades.

Publicar-se-á a lei do arrendamento rural, destinada a proteger os direitos dos rendeiros e daqueles que efectivamente trabalham a terra. A renda será paga em dinheiro, qualquer que seja a extensão da exploração, sendo, porém, dada aos rendeiros a faculdade de efectuarem o pagamento em géneros, se assim o preferirem. Prevê-se a

eliminação dos sistemas de arrendamento especial, nomeadamente as colónias, e a extinção dos foros e de todas as formas de parceria.

Será lançada uma campanha de promoção de cereais forrageiros (em especial milho); o Estado lançará, também, uma série de programas de florestação (com incidências favoráveis no problema do emprego), tendo como objectivo arborizar por ano cerca de 50 mil hectares de terras sem aptidão agrícola.

Salienta o *Programa* que «é necessário manter actualizados os preços de garantia presentemente utilizados para os produtos agrícolas». Prevê-se, por outro lado, a criação de empresas públicas ou mistas para compra directa dos produtos aos agricultores e cooperativas (cujo desenvolvimento contará com particular apoio do Estado).

11. O *Programa de Política Económica e Social* refere, como medida a curto prazo, a criação de uma empresa pública para a importação de produtos básicos pesqueiros, em especial bacalhau (extinguindo-se, assim, a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau). No sector das pescas caminhar-se-á para a formação de um grupo empresarial do Estado para produção e comercialização. Paralelamente, a Secretaria de Estado das Pescas vai «tutelar e disciplinar a in-

dústria de conservas de peixe», tendo em vista, em especial, o fomento das exportações.

A intervenção do Estado em indústrias de decisiva importância para o desenvolvimento económico do País far-se-á atribuindo-lhe a condução directa dos respectivos sectores. Assim, o Estado tomará o controle de pelo menos 51 por cento do capital social das empresas dos sectores que a seguir se indicam, através de reservas nos aumentos de capital, aquisição de partes sociais ou de outras formas de intervenção, que poderão ir até à nacionalização. O *Programa* salienta, a propósito, que a intervenção do Estado através de investimentos directos na produção ficará confinada a um conjunto de regras bem definidas, só se impondo a participação exclusiva ou maioritária do sector público no caso dos sectores seguintes:

- a) Jazigos minerais mais importantes do ponto de vista da sua posição estratégica: carvão, urânio e minérios de ferro;
- b) Jazigos minerais que possam ser base de desenvolvimentos industriais integrados: volfrâmio; pirites e outros minérios de cobre, zinco e chumbo; minérios de alumínio;
- c) Outros aproveitamentos mineiros cujas potencialidades venham eventualmente

a ser detectadas no âmbito da execução do «Programa de aproveitamento dos recursos mineiros»;

- d) Extracção do petróleo bruto e de gás natural, se ambos vierem a ser descobertos, e excluindo as operações de prospecção e pesquisa;
- e) Siderurgia básica: obtenção de aço e respectiva laminagem de produtos longos e planos; fabricação de folha-de-flandres;
- f) Refinação do petróleo e fabricação de óleos, lubrificantes e massas consistentes;
- g) Petroquímica de aromáticos;
- h) Manufactura de tabacos actualmente em regime de concessão;
- i) Fabricação de armas e munições para fins militares e explosivos (excluindo pirotecnia);
- j) Produção, transporte e distribuição de electricidade.

Noutros sectores industriais, nomeadamente quando seja essencial o lançamento de iniciativas novas ou a presença do Estado em sectores de grande importância do ponto de vista de con-

trole de preços e condições de abastecimento, prevê-se a presença de empresas dominadas pelo sector público, em paralelo com empresas privadas. É o caso, neste momento, dos adubos, das moagens, da metalomecânica, etc. Será criada, por exemplo, uma empresa de reparações navais, com maioria de capital obtida pelo sector público, para embarcações até 30 mil toneladas, a partir da fusão e reorganização de estabelecimentos desse sector.

12. No domínio comercial, além da aplicação de uma política de controle de preços que vise evitar e reprimir o abuso do poder monopolístico, salienta-se no *Programa* a constituição de empresas públicas para a importação de bens essenciais ao abastecimento do País e para a comercialização de produtos alimentares de primeira necessidade (mediante a transformação dos actuais organismos de coordenação económica), bem como a criação de uma empresa pública de comércio externo, que prioritariamente se dedicará aos sectores onde predomine a pequena empresa e às relações comerciais com novos mercados (mercados de Leste, nomeadamente).

Por outro lado, dentro da intensificação da defesa do consumidor, o *Programa* prevê a regulamentação estrita da actividade publicitária, que será mais fortemente tributada.

Também no sector da habitação o papel do Estado e das autarquias locais se vai intensificar. Com efeito, o *Programa de Política Económica e Social* fala na constituição de empresas públicas e parapúblicas de urbanização, promoção e construção, e, sobretudo, refere como medida a curto prazo a transferência sistemática para os municípios, por expropriação, do solo urbanizável.

Será revista a lei do arrendamento urbano, tendendo a substituir o actual congelamento de rendas por mecanismos que incentivem o investimento. Prevê-se o apoio à construção civil através de contratos para a produção de habitações de renda limitada ou aquisição em propriedade por valor controlado. No sector da habitação social, aliás, o Estado e as autarquias locais deverão investir cerca de 3 milhões de contos.

Refira-se, ainda, que, no domínio do equipamento social, «sempre que necessário poderão ser requisitados estabelecimentos de instituições privadas que se encontrem subutilizados».

13. Vimos já que o *Programa de Política Económica e Social* encerra actuações severas contra a sabotagem económica na agricultura. Mas não só: das medidas a curto prazo faz parte a criação de um órgão especial de repressão de delitos económicos, de natureza colegial, que actuará com base em legislação a publicar.

Igualmente será revista, em pontos muito importantes, a legislação sobre sociedades, e serão publicadas leis dando poderes ao Governo para, relativamente a grandes empresas, impor planos de produção, existências mínimas, colocação no mercado de quantidades pré-fixadas dos seus produtos, realização de programas de investimento e de constituição de reservas. Em contrapartida da acção controladora das grandes empresas, será reforçado o apoio às pequenas e médias empresas, designadamente através do já criado Instituto.

14. Tudo isto não esgota, porém, as modalidades de intervenção do Estado na economia previstas no *Programa*. Há que referir, por exemplo, a intervenção pública na gestão das empresas nos termos do decreto-lei n.º 660/74. As empresas que se têm em vista são unidades que, pela sua importância para a produção nacional ou para o emprego, e não estando a funcionar convenientemente, ponham em causa os interesses superiores da colectividade nacional. Para apoiar estas intervenções será criado um novo organismo público.

Salienta, porém, o *Programa* que este tipo de intervenção «tem apenas por objecto controlar as graves consequências financeiras do desequilíbrio de algumas empresas que mobilizaram grandes somas de capital alheio e prevenir a paralisação

ou a redução muito substancial de actividades produtivas com grande influência na manutenção do nível de emprego ou da oferta de certos produtos essenciais; a hipótese de nacionalização contemplada no diploma referido respeita a empresas cuja falência tenha sido evitada, por razões de interesse nacional, à custa dos recursos da colectividade». E acrescenta o *Programa de Política Económica e Social*: «é importante sublinhar que, à parte os casos especiais do tipo dos que acabam de ser referidos, a solução normal para as empresas em risco de encerrarem a sua actividade por culpa dos respectivos donos ou gestores será, mesmo quando se verifique a intervenção e o apoio temporário do Estado, a de se declarar a falência».

A propósito, refira-se que o *Programa* indica, como uma das orientações a seguir na política orçamental do Estado, a contenção dos subsídios a empresas em situação deficitária, com a adopção de planos de recuperação e acção responsabilizante.

15. O Estado poderá, também, nomear administradores ou adoptar outras formas de intervenção ou controle de gestão nas empresas em que os financiamentos das instituições públicas de crédito representem uma proporção muito elevada dos meios financeiros usados — podendo, nalguns casos, transformar-se em participação

no capital parte dos financiamentos efectuados. Um dos primeiros sectores a considerar neste domínio será o da construção naval.

Prevê-se, por outro lado, no sector dos produtos farmacêuticos, uma regulamentação de todo o circuito de importação, produção e venda interna, tendo em vista garantir maior participação da indústria nacional e reduzir os preços.

Particularmente importante é, ainda, o que o *Programa de Política Económica e Social* prevê em matéria de gestão das participações do Estado — isto é, do capital que o sector público possui em numerosas empresas, possibilitando-lhe uma intervenção que não tem existido.

Assim, para coordenar a política de intervenção estatal no sector produtivo será criado o Instituto das Participações Estatais. No plano sectorial, surgirá, com finalidade idêntica, o Instituto Nacional de Promoção Industrial. Entretanto, será institucionalizada a carreira de gestor do sector público, «condição necessária a uma eficiente intervenção do Estado no sector produtivo da economia».

16. Não vai haver milagres: ninguém dispõe de «fórmulas mágicas» para resolver os problemas da economia portuguesa, diz o *Programa de Política Económica e Social*, que propõe «um longo e áspero caminho a percorrer, tendo como alvos

intermédios os objectivos enunciados no Programa do M. F. A.».

A eficácia das medidas e iniciativas baseadas neste documento dependerá do grau de adesão manifestado pelo povo português, como nele mesmo se reconhece. Pede-se muito trabalho, considera-se imperativo aumentar a produção, exigem-se pesados sacrifícios. Por isso, será indispensável «uma profunda e generalizada convicção, por parte das classes trabalhadoras, de que o fruto do seu trabalho e da sua dedicação reverterá, em última instância, em seu próprio benefício».

Neste sentido, o *Programa* refere as garantias do Governo Provisório de subordinação dos objectivos de crescimento económico às exigências de «uma sociedade mais igualitária e mais justa». Além disso, sublinha-se que «o Governo Provisório e o M. F. A., legítima sede de todo o poder político, independentes que são do poder económico, regem-se por critérios que os inibem de fazer pagar em exclusivo às classes trabalhadoras o preço dos sacrifícios pedidos», acrescentando-se: «se o momento presente é difícil e o futuro se apresenta erigido de obstáculos, por todos devem ser partilhadas essas dificuldades e não somente por aqueles que não possuem senão a sua força de trabalho».

Aos trabalhadores o Governo solicita um esforço de atenção e de responsabilidade perante

o momento histórico actual. Sem escamotear a luta de classes, e afirmando a legitimidade das reivindicações das classes trabalhadoras, o *Programa* salienta que se devem ter em consideração os condicionalismos presentes.

17. Se bem que seja considerado fundamental que «os trabalhadores não vejam o seu poder de compra real diminuído, pelo que se deverá ligar a progressão média dos salários à evolução dos preços, através de revisões periódicas», o *Programa de Política Económica e Social* não deixa dúvidas ao contrariar «aumentos excessivos de salários».

Depois de recordar a introdução do salário mínimo nacional e os aumentos verificados nos primeiros meses após o 25 de Abril, o *Programa* afirma que, na actual situação de crise, não é possível encarar que novas progressões significativas na distribuição entre rendimento do trabalho e capital possam ter lugar num futuro próximo. «A distribuição primária entre trabalho e capital não pode afastar-se muito, permanentemente e sistematicamente, das condições que vigoram na produção, sem pôr em risco o agravamento da conjuntura económica e a própria função de acumulação e crescimento».

Assim, «não pode esperar-se, nem na actual conjuntura, nem a curto prazo, um aumento espectacular do nível de vida das populações». No

entanto, prevendo o *Programa*, como ponto da maior importância, uma política de consumos que privilegia os equipamentos sociais (transportes colectivos, escolas, hospitais, habitação social, esquemas de seguro social, etc.), desta forma se poderá compensar, em grande medida, as classes trabalhadoras das carências sentidas no plano individual.

18. Sem falar numa política de impostos que beneficiará os mais baixos escalões de rendimentos, importa referir, a este respeito, uma série de providências previstas no *Programa de Política Económica e Social* que, directa ou indirectamente, terão reflexos positivos nas condições de vida da maioria da população.

Entre as «medidas a curto prazo» figura a instituição do subsídio de desemprego; por outro lado, as medidas para alargar o nível do emprego (objectivo prioritário do Plano Económico de Transição, a publicar em breve) jogam, naturalmente, num sentido favorável às classes trabalhadoras.

Em idêntica perspectiva deve referir-se, por exemplo, a aceleração dos programas de habitação económica; a expansão do programa de saúde pública, no contexto de um verdadeiro serviço nacional de saúde; a revisão da protecção da incapacidade de trabalho; a generalização e melhoria das pensões de velhice; o desenvolvimento da

protecção na maternidade e da protecção à primeira infância; a revisão dos esquemas de pensões de sobrevivência e de abono de família; a criação de condições para facilitar o efectivo acesso à educação, nomeadamente à escolaridade obrigatória, etc.

19. O *Programa de Política Económica e Social* impõe, de facto, *austeridade* — condição, até, para que a compressão de consumos possibilite a canalização de recursos para o investimento, que terá de ser aumentado.

Mas isto significa, sobretudo, uma política de padrões de consumo ajustada à realidade económica e social do País, e, mais concretamente, uma prioridade muito clara para os consumos colectivos, ou seja, para aqueles que poderão imediatamente beneficiar a grande maioria da população.

Austeridade quer dizer, antes do mais, uma muito maior sobriedade em consumos de luxo ou supérfluos, ou mesmo de bens largamente generalizados em países industrializados, mas que estão fora dos nossos recursos reais (ainda que, entre nós, até aqui tenham estado ao alcance de minorias privilegiadas). Neste sentido, prevêem-se, entre as medidas a curto prazo, novos agravamentos dos impostos sobre bens e serviços menos essenciais e a adopção de providências destinadas a desincentivar os gastos menos necessá-

rios ou de carácter sumptuário, como viagens ao estrangeiro; igualmente se prevê a negociação com organizações internacionais acerca de providências destinadas a influir sobre determinadas importações, com o objectivo de contribuir para a modificação de padrões de consumo.

Também a curto prazo deverá ser publicada legislação impondo uma disciplina mais restritiva do regime das vendas a prestações.

Por outro lado, acentua o *Programa* que austeridade significará, ainda, «uma maior contenção na distribuição dos lucros das empresas e um esforço muito mais claro da iniciativa privada para a mobilização de recursos financeiros disponíveis ou a obter para o investimento produtivo e a criação de empregos».

FRANCISCO SANSFIELD CABRAL



*POLÍTICA DE CONTROLE DO PODER  
ECONÓMICO*

(Artigo publicado no *Diário de Lisboa*  
em 21 de Fevereiro de 1975)

O controle do poder económico é a trave mestra de todo o processo de democratização actualmente em curso. Com efeito, será nesse campo que em última análise se fará a prova da natureza do «25 de Abril» e das transformações a que ele vem dando lugar sob o comando do M. F. A. Via original para a institucionalização de um Estado democrático e progressivo, necessariamente ao serviço dos interesses das classes trabalhadoras em todos os domínios e definitivamente contra o

poder dos monopólios? Caminho de «aggiornamento» e, após dilatados sobressaltos, de consolidação de um sistema essencialmente colocado ao serviço de estratos da população que continuarão a acumular privilégios e benefícios em detrimento sistemático da grande maioria do povo português?

Estamos ainda tão obviamente dentro dos terrenos em que esta encruzilhada se terá de resolver que só os ingénuos pensarão a questão já ultrapassada.

Bem pelo contrário, estamos numa fase decisiva da luta por essa opção, tão decisiva que à defesa de uma ou outra saída se deverá reconduzir o essencial das múltiplas confrontações que dominam a vida portuguesa nos seus mais variados aspectos.

Ê neste contexto que a política de controle do poder económico assume todo o seu relevo, sendo legítimo considerá-la a mais importante de todas as peças que integram o Programa de Política Económica e Social.

Analisando este documento, começo por notar que ele admite explicitamente que o *controle do poder económico deve ser visto numa perspectiva revolucionária evolutiva*.

Pelo menos, é o que resulta claramente de uma análise do texto, nomeadamente do seguinte passo da introdução (pág. 9): «O que, portanto, o '25 de Abril' trouxe de novo foi a determina-

ção de pôr em marcha uma 'nova política económica e social' que orientará o País no sentido de uma *sociedade mais igualitária e mais justa*.

Para além disso, as transformações revolucionárias operadas na sociedade portuguesa trouxeram, ainda de novo, a vontade política do prosseguimento de uma «estratégia antimonopolista» instrumento essencial para se vir a alcançar realmente uma sociedade profundamente democrática e progressista, tanto no plano político como económico e social.

A adopção daquela estratégia significa, de facto, o *controle e orientação do poder económico* pelo poder político, chave da estratégia antimonopolista, representa, por si só, uma reforma muito funda do sistema. Reforma que não desejamos que se produza de modo brusco e violento, mas que nem por isso é menos revolucionária.»

Não se trata, portanto, de «moralizar» o exercício do poder económico impedindo as fraudes da mais variada sorte que caracterizavam o sistema. Trata-se, sim, de garantir os fundamentos de uma sociedade verdadeiramente democrática pela aplicação de uma estratégia antimonopolista. Este mesmo facto aparece realçado no capítulo referente à natureza e objectivos do Plano de Transição quando se aponta o «controle do poder económico pelo poder político, dentro do objectivo mais geral de construção de uma autêntica

democracia económica» como o primeiro dos princípios orientadores fundamentais da acção do Governo em matéria de política económica e social e, portanto, do próprio Plano.

Apesar de indicações tão claras não faltarão as interpretações «moralistas» arvoradas em critérios delimitadores da aplicação da referida política. Estas interpretações poderão apoiar-se na citação de algumas frases propícias incluídas no próprio Programa. Não é de estranhar que tal suceda nas circunstâncias em que decorre o processo de democratização. Todavia, é preciso ter presente que não se poderá prolongar por muito mais tempo a promiscuidade indiferenciada dos velhos valores, ainda que com nova capa, e das novas aspirações.

Quais serão, pois, as finalidades de uma política antimonopolista? Num plano meramente lógico é inegável que essa política terá de visar:

- o controle dos centros nevrálgicos dos monopólios, ou seja, da banca e outras instituições financeiras;
- a eliminação dos mecanismos de acumulação monopolista e a superação da lógica de desenvolvimento monopolista pela intervenção *motora e dominante* do sector público, ao nível da produção e da circulação, no processo de crescimento.

A política de controle preconizada pelo Programa toca uma vasta gama de áreas, desde a extensão do sector público e outros controles directos até à gestão das participações do Estado passando pelo apoio às pequenas e médias empresas, a legislação sobre regras de concorrência, a revisão da legislação sobre sociedades e o reforço da orgânica de planeamento.

Há aspectos francamente positivos, como o início da reforma agrária, a revisão da legislação sobre sociedades — se for entendida no sentido revolucionário que o Programa aparentemente *inculca* — e a franca intervenção do sector público na produção e circulação.

Quanto ao controle da banca, embora reconheça que a fórmula adoptada não é em si mesma impeditiva do regular desenvolvimento da política de controle, suspeito que por aí se encaminharão as principais preocupações e esperanças dos que pretenderão reduzir o processo à «moralização» dos costumes económicos, deixando, no fundo, intocável o poder dos monopólios. É fácil de perceber que o controle da banca é a *grande* medida antimonopolista. Sem ela todas as outras medidas dificilmente escaparão a um papel instrumental no projecto de consolidação dos privilégios monopolistas.

Não ponho agora a questão da nacionalização da banca que pode bem não ser oportuna. Mas ter-se-á assegurado um mínimo de clareza e efi-

cácia no controle da banca? Bastará nomear delegados sem apoio suficiente ao nível de toda uma máquina que deveria ultrapassar, de longe, o Banco de Portugal? Continuar-se-á a operar, como se vem verificando depois do 25 de Abril, o mesmo sistema de financiamento do desenvolvimento monopolista?

A brevidade deste comentário impede-me de desenvolver estas questões ou de abordar cada uma das medidas preconizadas. Todavia, não desejaria terminá-lo sem levantar uma questão de fundo. Inscrevendo-se o controle do poder económico numa estratégia antimonopolista, haverá que atender a um facto elementar mas que tem sido amplamente escamoteado. E esse facto é que o crescimento económico deste País e a sua organização social, como em todos os outros países em sistema capitalista, têm sido dominados pelo processo de acumulação monopolista.

Se esse processo se imobilizar, por força de uma política antimonopolista, ou por outra razão, haverá que encontrar rapidamente uma saída positiva para a reconstrução da sociedade numa outra base ou então «recriar» condições ainda favoráveis aos monopólios, vistas as novas circunstâncias. Isto é, uma política antimonopolista consequente, que não se dirija apenas a um objectivo transitório de camuflagem, implica uma opção socialista. Não me refiro neste momento, como é óbvio, a este ou àquele modelo concreto mas tão

somente a *uma opção de princípio* que envolva a escolha de um sistema anticapitalista. Por mim, desejá-lo-ei adaptado à especificidade do caso português e amplamente original em muitos dos seus aspectos fundamentais.

Honra lhe seja feita, o Programa agora aprovado não deixa de reconhecer esta questão fundamental quando afirma (págs. 9 e 10) que «se fala em estratégia ao colocar-se o problema do antimonopolismo, querendo com isto dizer-se que as mudanças a introduzir no sistema se projectam no tempo e obedecem a um plano, terão em conta inúmeras variáveis tanto de natureza política como económica e social, e serão concebidas e realizadas em função de um projecto de sociedade.

Contudo a elaboração sistemática e coerente desse projecto de sociedade não deve obedecer, no caso português, a esquemas pré-estabelecidos, nem copiar modelos já existentes. A via portuguesa para a democracia e o progresso económico e social implica a adopção de «reformas revolucionárias», que sejam o reflexo da orientação socializante emergente do Programa do M. F. A. O modelo português de desenvolvimento a construir à medida que o processo histórico for avançando, resultará, assim, do dinamismo do próprio processo de transformação da sociedade portuguesa em que o M. F. A. representará o papel de vanguarda, com o concurso das restantes forças pa-

trióticas e democráticas efectivamente interessadas num grande projecto nacional de reconstrução e de edificação de uma sociedade realmente livre, justa e progressiva».

É o que diz o Programa. Citação longa mas preciosa para se perceber a importância do controle do poder económico e o seu reflexo na batalha que todos os dias se trava.

*Que projecto de sociedade?* «Democracia burguesa» ou via original para o Socialismo? Vivemos um momento em que as escolhas tácticas, com fraca margem para rectificações recuperadoras, pré-figuram a sorte dos grandes desígnios estratégicos.

JOAO CRAVINHO

*CARTA ABERTA A MELO ANTUNES*

(Publicada em *Vida Mundial*  
de 6 de Março de 1975)

*Sr. Ministro,*

O seu programa é um documento frio. Atrevo-me a pensar que ele é tanto mais frio quanto é menos seu.

Explico-me. Muita coisa se passou entre os dias, que já parecem distantes, de Maio/Junho 74 e o momento presente. Naqueles dias, em que era grande a indefinição política, em que o grande capital «estava por tudo» e era imensa a disponibilidade ideológica das massas populares, um mo-

derado projecto em que se previa o controle (a 51 por cento) por parte do Estado dos sectores básicos da indústria e da energia, que chegou a ser apresentado ao então Ministro da Coordenação Económica, teria constituído para o M. F. A. um formidável «capital político», que lhe permitiria partir desde logo de uma plataforma mais avançada para o processo que então se iniciava. Em nome do realismo, que tanto tem paralisado tantos processos similares, logrou aquele Ministro convencer a então Comissão Coordenadora do M. F. A. dos enormes riscos de tal conjunto de medidas, tendo acabado por fazer passar em Conselho de Ministros, ao que parece, um projecto ridiculamente amputado, aliás posto depois na prateleira, após a queda do primeiro Governo Provisório.

Quando, em meados de Outubro, foi criado o grupo de trabalho destinado a propor um plano de acção económico-social, e se falou em «algumas semanas» como prazo previsível para apresentação de tais propostas; quando se soube ser esse grupo encabeçado pelo Sr. Ministro, portanto por um não-técnico; quando o próprio Ministro da Economia declarou na TV que o documento em elaboração seria sobretudo um «programa político»; quando o próprio boletim do M. F. A., em artigo que deu que falar, dizia que «o plano deve assumir carácter de excepção» — esperou-se que viesse a surgir, a curto prazo, um documento

curto, forte, marcadamente político, tirando partido do clima pós-28 de Setembro, em que eventuais descuidos técnicos pouca importância teriam face à intencionalidade política, essa primordial. Pois já então era patente — e o «domingo de trabalho» terá trazido proveitosos ensinamentos aos mais atentos — que as massas trabalhadoras deste País, embora confiantes no M. F. A., não se dispunham a entrar de alma e coração numa «batalha da produção» sem *sinais* muito claros de que seriam elas as principais beneficiadas. Não menos patente era já também a quebra dos investimentos, a falta de dinamismo no sector público, o papel de bombeiro do Banco de Portugal — para não falar, é claro, nos casos de deliberada sabotagem económica, de fugas de empresários, etc.

A agricultura, sempre esquecida, limitava-se a aguardar que a contemplassem com uma tímida lei de arrendamento que ainda, neste momento, não veio à luz do dia. E já então, também, se dispunha de elementos suficientes para compreender que as ajudas externas, em que tanto apostava o Ministro Vieira de Almeida, exigiam preços bem mais altos do que aqueles que Portugal estaria disposto a pagar — logo, o melhor seria não contar com elas. Aproximava-se, enfim, o fim do ano, com o inevitável cortejo de falências e de conflitos em torno do pagamento do décimo terceiro mês (pois se já em Agosto o sistema ban-

cário tivera um abalo com o pagamento do subsídio de férias...); aproximava-se o período eleitoral, com o previsível aumento das tensões partidárias; aproximava-se o momento em que os trabalhadores agrícolas atingiriam o limite da paciência. Tudo isto se verificou, e mais: talvez nunca o comércio tenha feito tanto negócio em anteriores períodos de Natal. O que é dizer, e já antes o escrevi nestas páginas: excluindo os desempregados, a generalidade dos portugueses entrou o ano de 1975 com a vida mais «fácil» do que antes do 25 de Abril, *tendo certamente produzido menos*. Ilusões destas pagam-se caras<sup>1</sup>.

Entretanto — vou ser franco — tem-se a sensação que, enquanto «cá fora» a temperatura subia, e com toda a evidência se constatava a falência, não de uma empresa, mas de um *sistema de produção*, o grupo de trabalho do «Plano» se preocupava em elaborar um documento exaustivo, a redigi-lo numa impecável linguagem técnica, despoletando-o, digamos, politicamente. Por isso disse de início que se tratava de um documento frio. E julgando-o, Sr. Ministro, o mais «político»

---

<sup>1</sup> Com todas as reservas que tais sondagens podem suscitar, são estas ilusões que se manifestam nos resultados daquela que tem vindo a ser publicada na «V. M.»: uma maioria de portugueses espera um 1975 melhor que o 1974, e uma boa parte espera que essa melhoria seja no plano económico.

daqueles que intervieram na sua feitura, ponho a hipótese de que, ao longo do processo de elaboração, e tal como já em Junho acontecera, de novo os economistas terão tido argumentos que se sobrepuseram a uma rigorosa análise política do contexto português. E daí a segunda frase desta carta.

Poderá parecer estranha esta hipótese quando é certo que a principal defesa do Programa residirá precisamente nas exigências de «realismo político»: não se pôde ir mais longe *porque*, etc. E é, sem dúvida, um rol de boicotes, de intervenções, de insuficiente consciência política das massas, de relações de forças desfavoráveis. É a pequenez do País. A sua dependência externa. A sua falta de quadros. Os compromissos internacionais. Por tudo isto, e já não é pouco, não se pôde ir mais longe. Tivemos que ficar pela voz *via* socializante, que soa melhor que «via social-democrata».

Só que, numa perspectiva precisamente de realismo político, a questão não se põe em termos de ir mais ou menos longe: põe-se em termos de ir *por outro caminho*. Dir-se-ia que me estou a candidatar a ministro, mas não estou. Tenho mesmo consciência de que me falta muita informação — do que não sou culpado. Mas aquela de que disponho, a dos que vivem no século (como outrora se dizia), talvez nem sempre chegue despida de filtros partidários às alturas de São

Bento. E por isso mesmo rapei da pena e me lancei por esta carta adiante.

Julgo que a questão do realismo político tem três aspectos fundamentais: o problema da «socialização da miséria», a questão das classes médias, as limitações de ordem externa. Uma quarta, que tem que ver com todas elas, é a questão do investimento, e por aquela razão a tratarei no fim, sabendo de antemão que ela me irá aparecendo, de caminho, ao abordar as primeiras.

Na situação actual do País, pôr-se desde já a questão do socialismo é, segundo o tal realismo político, enveredar pela «socialização da miséria». Parece evidente, quando nos recordamos dos famosos cálculos que, em Maio de 74, levaram à fixação do salário mínimo: o rendimento nacional, sem descontar nada para investimentos, dividido por todos os «activos», andava pela ordem dos 6 mil escudos. Mas é então, por isto mesmo, absurdo apostar em que será o sistema que a tal situação de miséria nos conduziu aquele que, mesmo «controlado», melhores garantias oferece para nos levar ao momento em que já se poderá socializar a «riqueza». Pelo contrário, dir-se-ia que só rompendo rapidamente com os entraves, internos e externos, que tal sistema opõe ao desenvolvimento económico de qualquer país «dependente» se poderá caminhar aceleradamente para o almejado enriquecimento (que está longe de ser apenas material). Se compararmos as rupturas

soviética, cubana ou chinesa, com as vias de não-ruptura de um Brasil ou de uma Índia (para não citar mil outros exemplos), compreender-se-á até que ponto aquele argumento releva, antes, do irrealismo político. Mas, é claro, esta é uma questão teórica, pois ainda que a conclusão óbvia seja a que aduzi, surgem em seguida os argumentos adicionais a demonstrar que tais rupturas exigem condições muito concretas, que não estão reunidas no caso português.

Numa sociedade em que já é importante o peso das classes médias, não há revolução possível «contra elas», a não ser dizimando-as; ora em Portugal as classes médias estão longe de estar ganhas à causa da «revolução» — este, o primeiro argumento que o realismo político opõe em termos de condições objectivas. Aceite<sup>o</sup> em princípio o argumento, mais não fosse por ter presente o drama chileno. Mas há que ver, com certo cuidado, o que por classes médias se entende, pois é um conceito que tem servido para mascarar muitas coisas, que tem sido trabalhado sobretudo para fins eleitorais e partidários, e que os marxistas têm tido repugnância em analisar, por fugir à sumária bipartição social entre burguesia e proletariado, em que se movem mais à vontade. Pois bem, julgo que tal conceito, não podendo ser de facto identificado com o sentido marxista, melhor, leninista de «classe», directamente associado às relações sociais de produ-

ção/exploração, tem um sentido de «unidade/contradição» ideológica que não pode ser desprezado na análise política. Unidade por englobar categorias com *níveis de rendimento intermédios* e situadas preferencialmente em sectores de *trabalho não-manual*. Contradição por tais categorias recobrirem pequenos empresários, assalariados medianamente ou bem remunerados e profissões liberais (sobretudo, mas não só, provincianas). Num país despolitizado como Portugal, este conjunto heterogéneo situa-se, com elevada probabilidade, *eleitoralmente à direita*. E, no entanto, precisamente porque despolitizado, seria — é uma hipótese que faço — em grande parte mobilizável por um projecto progressista *não-eleitoral*. Julgo ser curto para mobilizar esta gente o chavão do antimonopolismo, que poderão decorar, aclamar mas não assimilar em todas as suas implicações — porque ninguém o explica. Ora cada um dos indivíduos que nesta «franja» se situa, tem diariamente diante dos olhos uma dúzia de exemplos muito concretos da forma como são expoliados e alienados por um sistema que os «comprou» por um automóvel e alguns electrodomésticos. Há sobretudo duas coisas que não mobilizam as classes médias para qualquer espécie de projecto autenticamente revolucionário: a demagogia partidária e um Plano — «socializante» ou outra coisa qualquer. E já que é a propósito do Plano (ou Programa) que lhe escrevo, a que quero chegar? Es-

tes sectores vão passar por alto as palavras tranquilizantes que nele lhe são dirigidas, mas vão reter as «intervenções do Estado», a «fiscalidade», etc., e, sobretudo, as «promessas de austeridade». Na melhor das hipóteses, não se mobilizarão para nada, na pior mobilizar-se-ão contra. E temo que, um dia — e nisto não seríamos originais — possam vir a ser sensíveis a um forte apelo à ORDEM... Eis, pois, um dos casos em que o erro, julgo, está no caminho adoptado, não no vagar da caminhada. A criação de um clima de intensa *mobilização popular* em torno de algo realmente *novo* e *simples*, mas em que *todos* vejam e sintam que *todos* estão comprometidos, encontraria estas classes médias, que são Povo — no seu mais forte sentido, e na sua maioria —, disponíveis para os sacrifícios indispensáveis. Mais do que nunca me parece que uma profunda reflexão sobre o tema da «mobilização popular», apoiado num programa intensivo de «dinamização»<sup>2</sup> por actos e *não só por palavras*, lançaria (ou lançará) bem mais sólidos fundamentos do que o tecnocrático Programa para uma «via rápida» para o socialismo — que por não ser de rosas (o que o Programa não esconde) exige

---

<sup>2</sup> Sendo essencial ter presente que tal mobilização/dinamização não é algo que possa apenas *vir de cima*: pelo contrário, as múltiplas iniciativas «de base», em todos os campos, são parte decisiva neste processo.

uma imensa capacidade de resistência nacional (para o que o Programa não chega). E convém ainda não esquecer duas coisas: que o tempo não joga necessariamente a favor dos «projectos revolucionários», desde que estes não «o contemham» nas suas estratégias; que, por mais que se faça, a passagem do capitalismo ao socialismo é uma *ruptura* e que, sendo assim, é mais correcto pensar em termos das dificuldades e «traumatismos» que isto pressupõe, do que fecharmo-nos nos esquemas mentais das «transições» mais ou menos controladas. Julgo que será isto o verdadeiro realismo político.

Enfim, as limitações de ordem externa. Dir-se-á que, no plano económico, a polarização do nosso comércio externo em direcção aos países capitalistas ocidentais, os acordos a que estamos ligados, as necessidades de créditos, investimentos e tecnologia estrangeiros, nos impedem de, rapidamente, fazer marcha-atrás e tirar plenamente partido de uma reorientação de relações, necessariamente lenta. Dir-se-á ainda, e talvez mais grave, que uma política *demasiado* à esquerda, ou tão-só de certa independência, porá sérias ameaças de intervenção, talvez mesmo directa, como em outros países já sucedeu: os papões da N. A. T. O., do moderno Tordesilhas, etc.

Quanto ao primeiro aspecto, que já aqui também desenvolvi noutra altura, constatarei apenas não haver exemplo conhecido de país dependente

que, por um simples voluntarismo desenvolvimentista, e sem cortes radicais, tenha conseguido evitar um cada vez maior agravamento dessa dependência. Se há dois casos que me poderiam apontar a contrariar esta afirmação, a Argélia e o Peru, não os julgo suficientemente claros para que ela seja negada. Já sem falar no muito mais baixo nível de desenvolvimento de qualquer desses países em relação ao nosso, o que tem alguma importância, nem no petróleo argelino (que *pode ser* um factor de independência), eu colocaria a questão em termos inversos: é precisamente uma diminuição de dependência, a ter-se de facto verificado, que dará a medida em que terá havido *cortes radicais*. O capítulo do Programa sobre «Política de relações económicas externas» é certamente dos mais desencorajantes de todo o documento: consolidação e intensificação das relações existentes (G. A. T. T., O. C. D. E., E. F. T. A., C. E. E.)? Isto significa consolidar as actuais dependências externas e, pior, significa que continuamos a considerar-nos membros do clube dos «países ricos» deste mundo! Possibilidades de obtenção de apoio por parte de organizações económicas internacionais e pelas agências especializadas das Nações Unidas? Pergunto o que têm feito estes organismos todos, largamente dominados política e financeiramente pelos Estados Unidos, a favor dos «países proletários», como alguém sugestivamente lhes chamou. Medidas ten-

dentos a desincentivar a importação de bens de consumo de luxo e supérfluos? Mas se é um corte *drástico* e *urgente* que se imporia! Estudos de comportamento da procura interna com vista a uma substituição de importações? Onde já estaremos quando tais estudos terminarem! Enfim, quis apenas exemplificar a óptica de «continuidade», que, não tenho dúvidas, cada vez mais acentuará o desperdício, já hoje monumental, do potencial produtivo de que, apesar de tudo, dispomos. É patente não se ter chegado ainda ao ponto de *decidir*, preto no branco, e daí tirar as consequências, que somos um País do Terceiro Mundo; e para países destes não há meias soluções — ainda que, com todo o realismo, se tenha de saber que não se chega às soluções definitivas de um dia para o outro. Mas há coisas que *não se devem esconder*. Ora se se continua a querer fazer acreditar ao «Povo» (que mais ordena...) que as ajudas externas acabarão por vir, não se sabe quando, em lugar de lhes contar tintim por tintim todas as recusas e meias recusas que já houve, até de onde menos se poderia esperar... Como se irá um dia mobilizar este mesmo Povo, e um dia será necessário, se se lhe fala de imperialismo — o que pouco lhe diz — e não se lhe conta em pormenor o que isto é — o que muito lhe diria!

Quanto aos aspectos políticos, lamento não poder argumentar muito, pois aqui ainda mais

fechados são os nossos governantes. E é pena, pois não se fazem revoluções sem abrir o jogo àqueles, todos nós, que se pretende colectivamente galvanizar. Estou porém em crer que os elementos fundamentais de uma verdadeira política de independência nacional, anunciada com clareza e determinação, não seriam suficientes para nos pôr mais problemas além dos que já hoje temos. E se um dia, na sequência dos acontecimentos que a própria dinâmica social viesse a desenvolver, nos encontrássemos diante de tais perigos, é bem possível que já então fosse uma sólida realidade a «fusão» Povo/M. F. A., ao ponto de dissuadir — mesmo sem bombas atómicas — os eventuais interventores.

Enfim, os investimentos, último aspecto em que terá jogado o famoso «realismo político». Este terá aconselhado o tal «despoletamento político» do Programa, os louvores à iniciativa privada bem-intencionada, a definição dos dois inimigos fundamentais: os grupos monopolistas e os sectores operários «anarquizantes». Mas como é possível não ver que não é um *texto*, seja ele qual for (a não ser que fosse um texto impensável nas condições actuais), que motiva os investidores, grandes ou pequenos, mas a realidade social quotidiana em que a sua actividade se insere, e que esta não mudou no dia em que o Programa veio a público, nem este sensivelmente a alterará — entre outras coisas justamente porque eles con-

tinuarão a não investir? Também aqui, a perspectiva em que o Programa se coloca é a de uma espécie de Programa Comum francês, que se propõe para um país desenvolvido e politicamente estável (e ainda haveria que ver o que a este último também estaria reservado, caso tivesse oportunidade de ser aplicado...). Também aqui volta à baila a questão do «outro caminho». Tomo um exemplo, que à primeira vista pode parecer desligado deste assunto, mas que se verá não ser o caso. Diz-se no Programa que «não é de esperar num futuro próximo progressões significativas» no sentido de uma melhor repartição de rendimentos entre capital e trabalho. Permita-me, Sr. Ministro, que alinhe alguns números. Seja uma empresa que produz, em um turno de 8 horas, um «valor acrescentado» de 100, 60 por cento para os trabalhadores, 40 por cento para o capital, tomado este no mais amplo sentido (lucros, encargos financeiros, amortizações, impostos). Admitamos que aqueles 60 e metade destes 40 acabam por se destinar ao consumo, restando 20 para investimento. Passemos a empresa a dois turnos, e admitamos que aquele valor acrescentado sobe a 160, sendo agora 100 para salários e 60 para o capital, supondo-se que, destes, continuarão 20 a dirigir-se finalmente ao consumo. Que se conclui daqui? Que, *praticamente sem novo investimento*, se duplicou a produção, se aumentou em 60 por cento o valor acrescentado (logo a

«riqueza» gerada), a parte do trabalho nesse produto (passou de 60 a 62,5 por cento), a taxa de investimento (passou de 20 por cento do valor acrescentado a 25 por cento, diminuindo correspondentemente a percentagem destinada ao consumo), e, enfim, o emprego (em 67 por cento, supondo que se mantém o salário médio). Aumentou ainda a produtividade e baixou a relação capital/produto. Parece um milagre, mas não é. Foi precisamente assim, isto é, *utilizando ao máximo os equipamentos produtivos*, que os países capitalistas se desenvolveram aceleradamente, pagando salários muito mais altos do que os nossos! Vale a pena meditar nisto, que resumidamente significa não ser talvez o essencial conseguir rapidamente uma forte progressão do volume de investimento (o que é, isso sim, irrealista) mas efectuar uma combinação «violenta» de investimento público — redução impiedosa de importações — máxima e mais racional utilização do equipamento produtivo já existente. Mas isto, por sua vez, implica uma austeridade igualmente impiedosa, implica uma análise muito eficaz de complementaridades e de recursos nacionais, implica uma radical alteração dos critérios de investimento, implica imaginação. E se tudo isto *exige* uma efectiva mobilização popular, creio que, em contrapartida, será o único programa que precisamente a poderia *provocar*.

Eis-nos chegados, afinal, ao nó do problema. Disse o Sr. Ministro, na semana passada, na TV, duas coisas dificilmente conciliáveis. Por um lado, afirmou que «a prática da vida social e política é mais importante do que qualquer documento», mas por outro considerou indispensável, na fase de transição que o Programa se destina a introduzir, «subalternizar a luta de classes», tendo em conta a necessidade de aliança com as classes médias, que me pareceu identificar com os pequenos empresários. Ora, justamente, a tal prática da vida social e política é a luta de classes, e se é esquemático tomar esta como um simples afrontamento entre «burguesia» e «proletariado» — ao que já me referi —, nem por isso a questão das classes médias e das alianças ou estratégias possíveis deixa de se inserir num contexto de luta de classes. Luta que nem sequer se pode situar *apenas* ao nível de empresas: não há campo da «vida social e política» onde não esteja presente. A luta pela terra, pela habitação, pela saúde, pelos transportes, pelo direito à educação, por uma *nova* cultura, por uma *nova* moral, etc., são outros tantos aspectos da luta de classes, ao mesmo título que a luta pelo aumento de salários, por melhores condições de trabalho, pelo controle da produção, ao nível empresarial. E mesmo por isto que, em última análise, todos estes aspectos convergem — ou tenderão a convergir, com o avanço da consciência política — numa luta política glo-

bal contra o próprio sistema de exploração, esse também *global*. A tal mobilização popular, sem a qual (e o Sr. Ministro pareceu bem consciente disso) será vão «pedirem-se» sacrifícios, sem os quais, por sua vez, nos aguarda (utilizando a sua própria expressão) a «desintegração da economia» — essa mobilização, repito, poderá processar-se sem que a expressão «luta de classes» seja, no limite, pronunciada, mas só o será de facto se consistir numa prática que seja «prática da luta de classes», e não que a ponha entre parêntesis, ainda que fosse possível. O trabalhador agrícola analfabeto, que, junto com os companheiros, se lança a cultivar um pedaço de terra que é enfim *de todos eles*, ficou a saber mais da luta de classes do que se tivesse lido *O Capital*... Como o operário de uma empresa que se diz falida, que se vê ameaçado de desemprego, e que diariamente observa o facto de que o patrão ou os quadros superiores continuam a manter inalterado o seu «trem de vida», se rirá por certo dos sacrifícios que lhe possam pedir, e continuará a sua luta — talvez «anarquizante»... — em lugar de a subalternizar.

Já vai longa esta carta. Julgo que o que ficou dito será suficiente para que me não impute qualquer responsabilidade no facto de os empresários continuarem a não investir e os trabalhadores continuarem a não revelar entusiástica disposição para o trabalho: se isso vier a acontecer

é, muito simplesmente, porque existe uma dinâmica social que nos ultrapassa, a mim e a si. Não veja nisto um mecânico determinismo a que apenas teríamos de assistir de braços caídos. Não. Trata-se apenas de acentuar que a acção política que sobranceiramente a ignore se arrisca a conduzir a resultados contrários aos pretendidos.

E acabei por me não referir (e não foi por esquecimento) a uma outra questão delicada, mas não insignificante: o que é o M. F. A.? <sup>3</sup>, como reflecte o M. F. A. aquela dinâmica social? Mais uma vez nos defrontamos, suspeito, com o famigerado «realismo político». Mas também suspeito que tudo o que disse tem muito que ver com esta crucial questão.

JOÃO MARTINS PEREIRA

---

<sup>3</sup> Será *sobretudo* o M. F. A. que, no último editorial do Boletim, afirma «ser necessário definir com clareza um projecto de independência nacional», «saber quando e como se iniciará o processo de mobilização popular»? O que pensa *este* M. F. A. do Programa?

*BREVES COMENTÁRIOS SOBRE O  
«PROGRAMA DE POLÍTICA ECONÓMICA  
E SOCIAL»*

Limitar-nos-emos a abordar, neste «comentário», apenas alguns aspectos do «Programa de Política Económica e Social». Para além das próprias conclusões a que se cheguem, parece-nos importante o método que seja adoptado em tal análise.

**Sobre as contradições do «Programa»**

No «Programa de Política Económica e Social», apresentado recentemente ao País, existem contradições. Elas não são casuais. Reflectem, de uma forma clara e inevitável, as posições das

diferentes forças sociais que participaram na sua elaboração.

Alguns exemplos concretos, retirados do próprio «Programa», tornarão claro o que acabamos de afirmar.

Assim, logo na página 7, e contrariamente ao que se ouvia dizer muitas vezes, afirma-se claramente «que profundas reformas económicas e sociais» não podem estar à espera das eleições.

No entanto, poucas páginas mais à frente (pág. 9 do «Programa»), e reflectindo posições conservadoras, lê-se o seguinte: — «O 25 de Abril não pôs em causa o direito à propriedade privada». E poucas linhas depois: — «... nem sequer mudanças radicais da ordem jurídica existente, nomeadamente quanto ao direito de propriedade privada...»

É certo que o 25 de Abril não pôs, nem poderá pôr, em causa a propriedade privada do pequeno e médio industrial, do pequeno e médio comerciante, do pequeno e médio agricultor, etc., etc.

Mas uma coisa é este tipo de propriedade privada; e outra coisa, bem diferente, é a propriedade do grande latifundiário, do grande monopolista, etc. Por isso, as perguntas que imediatamente se colocam são estas: — Aquele carácter «sagrado» da propriedade privada também se aplica à propriedade dos monopólios e dos grandes agrários? Em caso afirmativo, como é que então se poderá proceder «a profundas refor-

mas económicas e sociais»? Como se poderá pôr em prática «uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população mais desfavorecidas... o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista»??

\*

É evidente a existência no «Programa de Política Económica e Social» de, pelo menos, duas linhas: — uma (a que chamamos progressista) está verdadeira e conseqüentemente interessada na resolução dos problemas fundamentais do Povo Português; a outra (que denominamos conservadora) tenta, a todo o transe, enterrar e mesmo parar aquele processo irreversível.

Tomar uma destas partes pelo todo revela, no mínimo, incapacidade total para compreender o porquê e o papel dum «Programa» desta natureza, no actual momento histórico; reduzir a análise a qualquer uma daquelas «linhas» representa, pelo menos, uma grave miopia política.

**O «Programa» não é «um modelo de desenvolvimento acabado»**

Como se afirma na página 10 do próprio «Programa de Política Económica e Social», «... a elaboração de um modelo de desenvolvimento e de

um projecto de sociedade não pode fazer-se desde já de forma definitiva, acabada de uma vez por todas...»

É evidente, portanto, que será a luta organizada do Povo Português que determinará, no fundo, a forma concreta que tomará esse «projecto de sociedade» em cada uma das fases do processo histórico português.

Tal facto é reconhecido no próprio «Programa», quando se afirma claramente que «... o modelo português de desenvolvimento... resultará... do dinamismo do próprio processo de transformação da sociedade portuguesa...».

Em suma, o «Programa de Política Económica e Social», apresentado ao País pelo Governo, é menos uma meta de chegada e mais um ponto de partida.

### **O «Programa» não é um Plano**

Como o próprio nome indica, o «Programa de Política Económica e Social» não é um Plano.

Em termos práticos, qual é a diferença entre um Programa e um Plano? — Fundamentalmente a seguinte: — Enquanto neste último existem objectivos quantificados que devem ser atingidos obrigatoriamente em datas previamente fixadas, um Programa é apenas um conjunto de directrizes que, em princípio, devem nortear a acção

futura do Governo. É precisamente com base nestas que deve ser elaborado aquele.

Tal facto é reconhecido na página 10, quando se diz que «a aplicação positiva de um *Plano, elaborado de acordo com as orientações básicas do presente Programa...*».

Finalmente, convém ter presente que a elaboração e a execução de qualquer Plano Económico que venha a ser feito terá apenas um carácter indicativo, e não obrigatório, para a maior parte da Economia Nacional, já que esta continua a estar, em grande parte (como iremos ver mais à frente) em mãos privadas.

### **Objectivos do Plano Económico**

Portanto, com base no «Programa de Política Económica e Social», o Governo deve elaborar «um plano económico de transição com horizonte prospectivo de três anos» (pág. 25).

No entanto, convém observar «a circunstância de o Governo não se poder comprometer com a realização de objectivos precisos e metas quantitativas a médio prazo que constituem a essência de um verdadeiro plano» (pág. 25).

Tal facto resulta essencialmente de estarmos a tentar elaborar e executar um Plano Económico, numa sociedade onde domina a propriedade privada, e onde a caça ao lucro continua a ser a sua lei económica fundamental.

\*

Em relação ao Plano, devem ser considerados dois tipos de objectivos, segundo o «Programa de Política Económica e Social».

Uns, a médio prazo; outros, em relação a um plano imediato.

Assim, relativamente aos primeiros, são definidos três objectivos:

- a) Controle do poder económico pelo poder político;
- b) Definição de uma política económica e social... ao serviço da melhoria das condições de vida das camadas da população mais desfavorecidas;
- c) Prossecução de uma política de independência nacional;

De acordo com o «Programa», são consideradas como tarefas imediatas:

- d) Garantir um elevado e estável nível de emprego;
- e) Estabilização do processo inflacionista;
- f) Melhorar a distribuição do rendimento e do produto nacionais;
- g) Atenuar o desequilíbrio das balanças comercial e de pagamentos.

\*

O carácter dúbio e vago de alguns destes objectivos, a repetição de objectivos, embora utilizando palavras diferentes, etc., é uma prova clara que os interesses contraditórios das diferentes forças sociais que participaram na elaboração deste «Programa» também se manifestaram neste campo.

Por exemplo, o que significa o «controle do poder económico pelo poder político»? Porventura, passará pela liquidação da base material daquele «poder económico» (que são os monopólios)? Ou, pelo contrário, limitar-se-á ao «controle» dos efeitos resultantes da existência deste poder? — A análise do «Programa de Política Económica e Social» leva-nos a pensar, como iremos ver seguidamente, que ele aponta mais para esta segunda via (controle dos efeitos), do que para a primeira (liquidação do poder dos monopólios privados).

\*

É curioso observar que um objectivo importante, como é o *aumento rápido da produção nacional*, não é incluído nem nos objectivos «a médio prazo», nem nos «ã um plano imediato». É certo que uma tarefa desta natureza só se compreenderia se fosse acompanhada por uma «estratégia fortemente antimonopolista», pois de outra forma aqueles acréscimos de produção só iriam

beneficiar as classes que foram sempre privilegiadas até 25 de Abril.

No entanto, «o aumento rápido da produção nacional» é urgente, pois de outra forma é totalmente impossível alcançar «os níveis médios de desenvolvimento existentes no Continente Europeu».

Esta necessidade torna-se ainda mais evidente se se tiver presente que se dividirmos o Produto Nacional Bruto obtido em 1974 por todos os portugueses, de uma forma igual (o que não acontece na realidade, pois para que poucos recebam muito, muitos têm de receber muito pouco), caberia, a cada um deles, menos de 2.000\$00 por mês (o que é manifestamente insuficiente).

\*

É evidente, também, que para aumentar a produção é necessário aumentar o investimento produtivo.

Efectivamente, é em Portugal que este INVESTIMENTO atinge um dos mais baixos valores da Europa. Por exemplo, em 1970, a Formação Bruta de Capital Fixo por habitante alcançava na Alemanha Federal 21.000\$00, na França 19.500\$00, na Itália 9.400\$00, na Grécia 7.500\$00 e em Portugal apenas 2.900\$00.

E para aumentar o investimento é indispensável reduzir drasticamente os consumos supér-

fluos e improditivos e mobilizar rapidamente a poupança assim libertada.

\*

Igualmente, parece claro que «a definição de uma política económica e social... ao serviço das condições de vida... das camadas da população mais desfavorecidas» pressupõe necessariamente uma política de «controle do poder económico pelo poder político» (entendido no sentido de liquidação do poder dos monopólios, dos latifundiários e do imperialismo em Portugal); passa também por uma política de «garantir um elevado e estável nível de emprego», de «estabilização do processo inflacionista», de «melhorar a distribuição do rendimento e do produto nacional», etc.

É evidente, portanto, o carácter pouco sistematizado dos objectivos apresentados.

### **Política de controle do poder económico**

De acordo com o «Programa de Política Económica e Social» «a estratégia antimonopolista... implica a prossecução dos seguintes objectivos:

- Controle dos sectores básicos do aparelho produtivo...;
- Controle dos sectores cujas condições técnicas de funcionamento conduzem a

que tenham de ser explorados em situação de monopólio;

- Correção dos abusos a que a concentração excessiva do poder económico pode dar lugar...» (pág. 31).

Estes três objectivos, dos cinco apresentados, são suficientemente amplos para permitir ao Estado o controle dos sectores-chaves da Economia.

No entanto, quando se passa para a sua concretização prática, ao nível do «Programa», acabam por ser fortemente limitados.

Tal facto revela claramente a contradição de que inicialmente falamos: — entre *uma corrente progressista* que quer avançar na resolução dos problemas do Povo Português, e *uma corrente conservadora*, que pretende a todo o custo travar este processo.

Analisemos, então, a concretização prática daqueles objectivos ao nível do «Programa de Política Económica e Social».

\*

Começemos pelo SECTOR FINANCEIRO, o primeiro que é abordado no «Programa».

Assim, ficamos a saber que o Estado vai retomar a maioria do Crédito Predial Português (note-se, não é a totalidade).

Desta forma, considerando todas as instituições de crédito que estão ou acabarão por estar

nas mãos do Estado (B. N. U., Banco de Angola, B. F., C. G. D., etc.), este controlará cerca de 45 % da capacidade de crédito existente.

No entanto, interessa observar que apenas quatro bancos comerciais, cabeças ou bases de igual número de grandes grupos monopolistas portugueses — B. P. A., Banco Espírito Santo C. L., Banco Pinto & Sotto Maior e Banco Totta & Açores — controlam mais de 47 % do crédito nacional.

Portanto, este reduzidíssimo número de monopolistas continuará a ter, neste campo, maior poder do que o próprio Estado.

É certo que a parte estatal é elevada. Só não se tem tirado o máximo proveito dela devido, por um lado, à quase total ausência de saneamento nos organismos que fazem parte ou que estão ligados ao Ministério de Finanças, e, por outro lado, à inexistência, 10 meses depois do 25 de Abril, de uma política clara de concessão selectiva de créditos.

\*

Neste mesmo campo também, e segundo o «Programa», «será considerada a possível criação, no âmbito do sector público, de um banco de comércio externo...».

Medida esta, sem qualquer dúvida, importante e progressista, desde que este organismo estatal

tenha o exclusivo de todas as operações com o estrangeiro.

É evidente que as forças conservadoras que participaram também na elaboração do «Programa» não estão, de maneira alguma, interessadas em retirar este rendoso negócio das mãos dos banqueiros. Daí o próprio ar hesitante como é expressa esta medida no «Programa» (... será considerada a *possível* criação...). Daí também o não estar afirmado o carácter exclusivo daquele organismo estatal no campo de actividade económica.

Só a mobilização popular organizada é que poderá determinar a *adopção* da solução progressista (carácter exclusivo daquele banco).

\*

No mesmo capítulo, afirma-se igualmente que «estabelecer-se-á nova disciplina mais apertada e uma fiscalização mais eficaz da actuação das instituições de crédito e parabancárias..., incluindo, no caso dos delitos mais graves, a cassação de alvarás, a intervenção do Estado na gestão, o arresto das empresas e a prisão dos responsáveis.»

É evidente, que medidas desta natureza são importantes, desde que sejam postas em prática de uma forma rápida e consequente. E isto depende fundamentalmente das pessoas que põem em prática tais medidas. A experiência destes úl-

timos 10 meses tem mostrado, de uma forma clara, que é totalmente impossível executar, com conteúdo progressista, tais medidas, mantendo, como tem sido feito até agora, à frente de organismos fundamentais, quer do Ministério das Finanças quer do de Economia, homens que foram colocados nesses postos pelos Governos de Salazar e Marcelo Caetano. Persistir com tal conduta só poderá determinar a deterioração da imagem do Governo Provisório, com graves consequências na confiança que as massas trabalhadoras depositam nele. E a gravidade desta conduta ainda se torna maior, quando indivíduos saneados em empresas privadas ou públicas são chamados a certas funções por um daqueles dois Ministérios.

\*

Passemos agora ao SECTOR INDUSTRIAL.

O Estado já tem neste momento o controle ou uma participação importante num grande número de empresas. A título de exemplo, é suficiente enumerar os casos do Amoníaco Português (50,9 % do Capital está nas mãos do Estado), C. T. M. (33 %), Sacor (34 %), C. P. E. (49 %), Sorefame (25 %), Petrosul (34 %), C. P. (44 %), Metropolitano (99 %), T. A. P. (42 %), Companhia de Seguros Fidelidade (38 %), R. T. P. (60 %), Companhia Portuguesa de Celulose (47 %), etc., etc.

Portanto, o sector público já é importante. Infelizmente, durante o fascismo, a participação do Estado no Capital Social das empresas privadas era fundamentalmente feita com o objectivo de ajudar e dar segurança aos capitalistas, e não com o fim de controlar sectores industriais estratégicos.

De acordo com o «Programa», o «Estado tomará o controle de pelo menos 51 % do capital social (podendo ir mesmo até à nacionalização) das empresas que se dediquem à exploração de carvão, urânio, minérios de ferro, volfrâmio, piritas, siderurgia básica, refinação de petróleo, fabricação de óleos, petroquímica de aromáticos, manufactura de tabacos, e produção, transporte e distribuição de electricidade».

É evidente que existem numerosos sectores importantes que continuarão nas mãos de capitalistas se este «Programa de Política Económica e Social» for escrupulosamente respeitado. Servem de exemplo os casos do cimento, rações, adubos, cerveja, soda cáustica, empresas de transportes rodoviários, construção naval, grandes supermercados, etc., etc.; evidentemente, sem falar de uma importante parte do sector bancário.

Apesar do carácter limitado daquele controle, tem interesse dar uma ideia do que ele representa em termos de produção. Para isso, vamos alinhar alguns dados.

## QUADRO I

*Alargamento do sector público de acordo com o «Programa»*

EMPRESA	EM CONTOS	Dados referentes a 1973	
	Receita	Lucros	Amortizações
Tabaqueira .....	2.500.000	49.107	25.500
Intar .....	457.394	1.228	9.138
Siderurgia .....	3.300.000	391.650	457.309
Sacor .....	7.376.130	180.624	321.724
<i>Soma</i> .....	13.633.524	622.609	813.671

Interessa, portanto, ter presente que o simples cumprimento do «Programa» em três sectores determinará que o Estado controle empresas que, por exemplo em 1973, tiveram mais de 13,6 milhões de contos de receitas e cerca de 622.600 de lucros.

E isto sem entrar em consideração, por um lado, com a Petrosul, que terá uma capacidade de 10 milhões de toneladas anuais, e, por outro lado, com todo o sector de produção e distribuição de electricidade.

É importante também observar que a simples nacionalização da Sacor determinaria que um

grande número de empresas passassem a ser controladas pelo Estado, ou seja, as empresas que são associadas daquela, e onde ela, portanto, tem participações importantes: Sociedade Portuguesa de Petroquímica (vendas em 1973: 478.000 contos), Nitratos de Portugal (358.431 contos), Sacor Marítima, Petróleo Mecânica Alfa (102.515 contos), Cidla, Ibérica Carburantes, Saponata, etc., etc.

Paralelamente, a aplicação do «Programa» determinará que passem para o controle do Estado as minas de pirites de Aljustrel (minério fundamental para produzir amoníaco e ácido sulfúrico, matérias-primas necessárias à produção de adubos), as minas de ferro de Moncorvo (presentemente nas mãos do grupo Champallimaud e de uma empresa alemã), as minas de carvão de Pejão (actualmente nas mãos de uma empresa belga), etc.

Em resumo, se considerarmos, por um lado, as empresas em que o Estado já tem uma importante participação, e, por outro lado, aquelas que passarão para as mãos do Estado pela aplicação do «Programa de Política Económica e Social», pode-se afirmar que cerca de um terço da produção industrial do País estará sob o controle directo daquele.

Percentagem que já é importante, mas manifestamente insuficiente para o Estado ter uma posição dirigente em toda a actividade industrial.

\*

A parte do «Programa» dedicada ao SECTOR AGRÍCOLA é aquela onde se reflecte mais claramente a luta organizada do nosso Povo, principalmente dos trabalhadores alentejanos.

Efectivamente, encontram-se alinhadas neste capítulo um conjunto de directrizes que facilitarão a luta para modificar radicalmente as arcaicas estruturas agrárias portuguesas.

Assim, serão expropriadas, «mediante indemnização a pagar aos proprietários», as áreas, situadas em zonas de regadio e nas terras potencialmente aptas para regadio, que ultrapassem os 50 ha.; será introduzido «o arrendamento compulsivo ou expropriação das terras incultas ou insuficientemente exploradas»; será dado «apoio financeiro e técnico à formação e desenvolvimento de cooperativas agrícolas»; em relação aos «actos de sabotagem económica, como a não efectivação ou destruição de colheitas», «o Estado poderá intervir requisitando, arrendando compulsivamente ou expropriando, as explorações onde se verifiquem actos daquela natureza»; «a execução de programas de florestação»... «envolverá, nas zonas de latifúndio, o arrendamento compulsivo das terras de aptidão não agrícola ainda não florestadas ou insuficientemente florestadas», etc., etc.

Apesar de tudo isto, a presença da «corrente conservadora» também se observa nesta parte.

Assim, frases como estas, «o Estado poderá intervir», «indenização a pagar» aos grandes agrários, «introdução da possibilidade», iniciam ou terminam a maior parte daquelas medidas.

É evidente, portanto, o desejo de dificultar ou mesmo impedir, no último instante, a aplicação de medidas daquela natureza.

Paralelamente medidas como «o governo dará prioridade à elaboração e realização de programas específicos de incremento» de certas produções poderão traduzir-se, se não forem devidamente controladas pelos organismos representativos dos trabalhadores, em importantes ajudas estatais aos grandes capitalistas agrários.

Só a luta firme e organizada dos assalariados agrícolas e dos pequenos e médios agricultores é que poderá determinar, por um lado, que sejam levadas para a frente as medidas verdadeiramente progressistas que contém o «Programa» neste campo, e, por outro lado, que sejam afastadas as medidas que só beneficiariam os grandes capitalistas agrários e os latifundiários.

\*

Outro capítulo, que pela sua importância, interessa analisar é o dedicado à **POLÍTICA DE COMERCIALIZAÇÃO**.

Aqui, entre várias medidas, convém destacar a «criação de empresas públicas de comércio interno», «a construção e ampliação de infra-estruturas», «a promoção de cooperativas de produtores e de consumidores», e «a criação de empresas públicas para a importação de bens essenciais».

A «criação de empresas públicas de comércio interno», que adquiram, com carácter de exclusividade, os produtos agrícolas fundamentais (vinho, azeite, fruta, produtos pecuários, cereais, certos produtos hortícolas, etc.), é uma medida progressista. É a única medida eficaz, por um lado, de dar segurança ao produtor e de o libertar da exploração dos intermediários, e, por outro lado, de defender o consumidor do aumento rápido dos preços dos produtos agrícolas.

É evidente que uma medida desta natureza não agrada nada nem aos grandes armazenistas de vinho, nem aos grandes «mandatários» da fruta, por exemplo. Por este motivo, eles estão a fazer uma grande pressão sobre o Ministério da Economia para impedir que o Governo crie empresas públicas com aquelas características (carácter de exclusividade). Aceitariam com maior agrado a existência de empresas públicas a concorrer com intermediários privados.

Só a vigilância e a mobilização popular é que poderá determinar que a solução progressista acabe finalmente por triunfar.

\*

Em 1973, o nosso País gastou mais de 82 milhões de contos com a aquisição de produtos estrangeiros. Esta importação foi feita principalmente por intermediários privados que, por um lado, arrecadaram elevados lucros, e, por outro lado, gastaram divisas que o País tinha obtido à custa de muitos sacrifícios dos seus naturais (exemplo: emigrantes portugueses), muitas vezes em produtos supérfluos ou em artigos que podiam ser facilmente substituídos por outros produzidos internamente.

Alguns exemplos concretos provarão o que se acabou de dizer.

Em 1973, Portugal gastou mais 1,9 milhões de contos na compra de «pérolas naturais, gemas, metais preciosos, etc.», cerca de 334.000 contos com a compra de «tapetes e tapeçarias de veludo», 40.499 contos com a aquisição «de seda e borra de seda», 334.400 contos com a compra de «vestuário e acessórios de vestuário», 81.251 com «calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante», etc., etc.

Em suma, produtos que poderiam ser facilmente dispensáveis ou substituídos por outros produzidos internamente.

É evidente que, em face da situação económica nacional e perante a descida contínua nas reservas de ouro e divisas existentes no Banco

de Portugal, é urgente que sejam restringidas fortemente as importações de todos os artigos desnecessários. Seria até uma maneira de criar mercados para uma série de empresas que se debatem presentemente com graves problemas resultantes das dificuldades que têm em vender o que produzem. Só um verdadeiro Ministério do Comércio Externo é que poderia, por um lado, controlar eficazmente as nossas importações, e, por outro lado, apoiar verdadeiramente as vendas das empresas portuguesas em mercados externos.

«A criação de empresas públicas para a importação em exclusivo de bens essenciais ao abastecimento público, como sejam cereais, carne, açúcar, peixe, produtos oleaginosos e gorduras» (pág. 35 do «Programa»), é um passo dado naquela direcção. Mas um passo tímido, já que as importações daqueles produtos representam apenas cerca de um oitavo de todas as nossas compras no estrangeiro.

### **Ainda a parte não-progressista do «Programa»**

A análise da estrutura de produção e do mercado interno português leva-nos rapidamente à conclusão de que os principais ramos de actividade económica estão, já neste momento, totalmente dominados por uma ou duas empresas, pertencentes a algum grupo monopolista.

Assim, 65 % da produção e da venda da cerveja em Portugal está nas mãos de uma única empresa — a Sociedade Central de Cervejas —, toda a produção e venda de chapa de vidro pertence à Covina, 57 % da construção e reparação de barcos metálicos é feita pela Lisnave, 69 % da produção e da venda de cimento em Portugal está nas mãos da Empresa de Cimentos de Leiria, 70 % da produção e da venda portuguesa de margarina pertence à FIMA, duas empresas da CUF (CUF-UFA) e uma empresa estrangeira (a SAPEC) dominam completamente o mercado nacional de adubos; três empresas dominam também o mercado de rações; as vendas do Pão de Açúcar atingiram, em 1974, cerca de 2 milhões de contos, ou seja, tanto como os restantes supermercados juntos, etc., etc.

Perante esta situação, de domínio quase absoluto de certos mercados por poucas empresas, todas elas ligadas a grupos monopolistas, que diz o «Programa de Política Económica e Social»? Apenas o seguinte: «Publicação de legislação e criação de organismos adequados... a fim de impedir uma concentração excessiva do poder económico...».

Em face desta resposta, as perguntas que naturalmente se põem são as seguintes: — Nos casos em que já existir esta «concentração excessiva do poder económico», como naqueles sectores que acabamos de enumerar, que medidas serão toma-

das para «proteger os interesses do consumidor»? E como é possível pensar-se em «impedir uma concentração do poder económico», numa sociedade onde continuará a imperar a propriedade privada, a concorrência desenfreada entre empresas e a anarquia da produção?

\*

É do conhecimento público que a Confederação da Indústria Portuguesa está a fazer uma grande pressão para que a Bolsa seja aberta (re-cordem-se anúncios recentes da CIP, onde esta tenta recuperar o «Programa» sob a perspectiva do capital monopolista: — «Sim ao Plano, mas com acesso aos meios de financiamento» — é a sua palavra de ordem).

No ponto 14 das «Medidas a Curto Prazo» do «Programa» afirma-se: — «Preparação da abertura da Bolsa...».

É sabido que a Bolsa, numa sociedade capitalista, é um meio que, por um lado, facilita a concentração monopolista, e, por outro lado, permite a obtenção de elevados lucros através de operações especulativas.

A abertura da Bolsa, numa altura em que milhares de proprietários de acções estão ávidos para vender o papel que têm a qualquer preço, poderá permitir que certos grupos monopolistas deem a mão, com um custo extremamente baixo,

a um elevado número de empresas. E assim alcançariam uma maior concentração monopolista, o que é contrário ao próprio Programa do M. F. A.

Por outro lado, uma abertura impensada da Bolsa permitiria ao grande capital reaccionário utilizar esta para provocar artificialmente «convulsões e roturas» não só económicas mas também sociais, através, por exemplo, do lançamento na bolsa de grandes quantidades de papel, provocando assim uma baixa violenta na cotação deste.

A abertura da Bolsa exige previamente um atento estudo do problema e um amplo debate público.

### O «Programa» é progressista ou é conservador?

Como acontece em muitos outros domínios da vida, o «Programa» é ao mesmo tempo progressista e conservador. Tal facto reflecte, no fundo, como inicialmente já afirmámos, os interesses contraditórios das diferentes classes que estiveram representadas na sua elaboração. Efectivamente, existem classes que estão vitalmente interessadas em avançar, e outras que estão interessadas em manter, no fundo, a estrutura capitalista-monopolista existente, embora aceitando determinadas modificações na superfície. O que o «Programa» tem de conservador foi naturalmente o preço que teve de pagar a linha pro-

gressista para manter a unidade no Governo, no M. F. A., e entre o M. F. A. e o Povo.

A resposta à pergunta: — Que corrente vencerá? A progressista ou a conservadora? — só pode ser uma: Triunfará a parte progressista do «Programa», se a mobilização, a organização e a luta do Povo Português for suficientemente forte; caso contrário, vencerá a linha conservadora.

Paralelamente, é totalmente impossível executar, com êxito, o que tem (ou poderá vir a ter) de progressista este «Programa de Política Económica e Social», sem um profundo saneamento dos organismos dos Ministérios a quem competirá pô-lo em execução. Manter a situação, como tem permanecido até agora, é condenar inevitavelmente, e logo de entrada, ao malogro o que tem de válido o «Programa de Política Económica e Social».

EUGÉNIO ROSA



## «RESPONDER AO PAÍS»

*Apresentamos seguidamente o texto (cuja transcrição é de nossa responsabilidade) do programa «Responder ao País» transmitido pela R. T. P. em 27 de Fevereiro de 1975. Nele, o Ministro Melo Antunes responde às perguntas de Francisco Sarsfield Cabral, César Oliveira e L. Ferraz de Carvalho.*

FRANCISCO SARSFIELD CABRAL — A nossa conversa desta noite vai ser sobre o Programa de Política Económica e Social. Este Programa deverá vigorar durante três anos; parece, por isso, existir um compromisso entre o M. F. A. e as forças políticas para assegurarem a exe-

cução do Programa, durante um período que vai além do período pré-constitucional em que vivemos. Será assim, Sr. Ministro?

MELO ANTUNES — Este compromisso a que se refere é um compromisso que podemos considerar tácito, desde que em Conselho de Ministros as forças políticas que hoje fazem parte da coligação, isto é, os partidos da coligação — PPD, PS e PCP — se comprometeram a apoiar o Programa de Política Económica e Social, compromisso esse que resultou da própria aprovação em Conselho de Ministros desse mesmo Programa. Portanto, efectivamente, o Programa foi projectado para três anos. As suas projecções qualitativas são aquelas que estão contidas neste Programa. Como se sabe, como já é do conhecimento público, deverá tomar uma forma quantitativa logo que estejam ultimados os trabalhos da respectiva Secretaria de Estado para o Planeamento e, portanto, as metas a atingir a curto prazo e as metas a atingir durante estes três anos fazem parte daquilo a que eu próprio já chamei um contrato de promessas entre os partidos da coligação e o M. F. A. No entanto, como também decorre da própria dinâmica da vida política portuguesa, é muito possível que este mesmo contrato tenha de ser alargado a outras forças políticas. Tudo vai depender da forma como decorrerem as eleições, da própria estrutura do Estado que de-

correr da próxima Assembleia Nacional Constituinte.

CÉSAR OLIVEIRA — Sr. Ministro, eu queria fazer-lhe uma pergunta que terei necessidade de situar ligeiramente, antes de a formular e de a concretizar. Na página 9 do Programa lê-se que «o que o 25 de Abril trouxe de novo foi a determinação de pôr em marcha uma nova política económica e social que orientará o país no sentido de uma sociedade mais igualitária e mais justa». E mais abaixo escreve-se: «A adopção daquela estratégia significa de facto o controle e a orientação do poder económico pelo poder político, mas este controle e orientação do poder económico pelo poder político, chave da estratégia antimonopolista, representa por si só uma reforma muito funda do sistema». Pela leitura que fiz do Programa, tanto atenta quanto possível, quer parecer-me que a execução deste Programa vai depender da evolução do poder político em Portugal e que, se o poder político reafirmar esta estratégia antimonopolista, que, na minha opinião, pela leitura que faço do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, é por si só uma estratégia anticapitalista, podemos falar neste caso de que o Programa permite uma transição para o socialismo, tendo em conta obviamente a conjuntura política, a estrutura da dependência da economia portuguesa, e tendo em conta a corre-

lação das forças políticas em Portugal. Queria saber qual era a opinião do Sr. Ministro sobre a transição para o socialismo que este Programa comporta, se efectivamente houver poder político que garanta de facto a transição para o socialismo, isto é, o pôr em movimento reformas irreperáveis pelas classes dominantes em Portugal.

M. A. — Eu penso que introduz neste debate que ainda mal começa uma noção fundamental e que eu próprio tive ocasião, ainda ontem na conferência de Imprensa, de ter focado: o problema da transição duma sociedade capitalista para uma sociedade que eu classifiquei de predominantemente socialista, de estruturas predominantemente socialistas. Eu penso que, no caso concreto português, esse problema deriva fundamentalmente, ou está condicionado fundamentalmente àquilo que designou como a questão do poder político em Portugal. De facto, estou convencido de que, fosse qual fosse o programa que tivesse sido elaborado neste momento, a sua aplicação em sentido progressista, como se tem dito muitas vezes, isto é, a sua aplicação por forma a que as reformas introduzidas não mais pudessem ser recuperadas pelos grandes grupos monopolistas, que correspondesse a uma efectiva transformação da sociedade portuguesa no seu conjunto, na direcção daquilo a que nós chamámos aqui no Programa uma sociedade mais igualitária e mais

justa, ela dependeria essencialmente da vontade política daquilo a que podemos chamar a classe política no poder. Ora isto introduz, portanto, também, o problema de se saber qual é a estrutura dessa classe política no poder. Uma das diferenças fundamentais que temos em relação ao anterior regime é que os grupos que hoje exercem o poder político têm de facto uma total independência relativamente aos grandes grupos monopolistas; quero dizer, portanto, que existe de facto independência do poder político do poder económico como tradicionalmente é posta a questão. E mais, há um facto novo neste país, que não aconteceu talvez em mais parte nenhuma da Europa. Existe uma classe militar que, não só fez a transformação das velhas estruturas políticas do regime anterior, sendo portanto responsável por uma transformação política extremamente importante e radical relativamente ao estado anterior ao 25 de Abril, como esse mesmo grupo militar, como essa mesma classe militar partilha, de um modo privilegiado, das responsabilidades do poder político neste momento. Portanto, a estrutura da classe política no poder é uma estrutura complexa, que julgo não encontrar paralelo na história conhecida dos últimos tempos, que é uma classe francamente progressista, uma classe militar francamente progressista, que partilha o poder em aliança estreita com outros partidos democráticos e que tem o apoio, fora desse mesmo

governo, de outras formações políticas também interessadas em transformações profundas da sociedade portuguesa. Sendo assim, essa vontade política, parece-me, está assegurada justamente por esta classe que está profundamente convencida de que só valeu a pena destruir o fascismo se essa destruição contiver em si uma mensagem clara da transformação das condições materiais que puderam tornar possível o fascismo em Portugal. Donde, a classe militar, a que me refiro e que partilha das responsabilidades do poder com outras forças progressistas e democráticas, apresenta-se ao país com um projecto que à partida é um projecto essencialmente patriótico, progressista e nacional. Queria com isto dizer muitas coisas que podemos desenvolver, e uma das coisas que eu logo de entrada posso dizer é esta: é que o projecto é nacional, é predominantemente nacional, quando pretende definir uma linha política e ideológica em completa autonomia relativamente aos grupos e às formações políticas existentes neste país, sejam quais forem as construções ideológicas em que se baseiem. Não quero com isto dizer que o M. F. A. seja por si só capaz de constituir-se em aparelho de produção ideológica absolutamente autónomo. Penso que ele vai com certeza beneficiar de todo um grande debate que, sobretudo a partir do 25 de Abril, se estabeleceu dentro da esquerda portuguesa, sobre os destinos da sociedade portuguesa. Vai, portanto,

não só da experiência prática de todos estes meses, como dos próprios debates feitos em muitos sectores e em muitos grupos interessados na transformação deste país, colher elementos para a elaboração autónoma de um projecto nacional de transição da sociedade tal como ela é, com todas as suas alienações, com todos os seus entraves, com todos os seus erros também, de transição deste tipo de sociedade para um outro tipo de sociedade, que consideramos que possa vir a ser socialista, tal como a definimos.

C. O. — Dá-me licença que o interrompa? Eu queria pôr-lhe um problema, ou antes dois, que estão inter-relacionados e estão dependentes efectivamente do que acabou de dizer. Eu considero também, fazendo uma breve introdução, que a única forma de ser consequentemente revolucionário é ser realista, entendendo por ser realista ter a consciência da correlação de forças, de dependências, evitar conduzir a uma política de terra queimada que só aproveitaria ao próprio capitalismo em Portugal. No entanto, o plano do Programa Económico pode ter leituras contraditórias; faz-se um apelo a investimentos estrangeiros controlados e, por outro lado, esse projecto nacional de transição para o socialismo que o Sr. Ministro acabou de referir implica um não alinhamento progressivo de Portugal na política de blocos e em relação, até, a aspectos económicos.

Quero eu dizer que nós temos em Portugal de pôr em marcha toda uma série de mecanismos internacionais ao nível político e ao nível económico, de modo a aproximarmos-nos dos países progressistas do Terceiro Mundo, por exemplo, e de modo a instituímos ao nível do poder político um pluralismo, isto segundo a minha opinião, dentro de um poder revolucionário. Portanto, a via democrata-burguesa ou a via social-democrata poderão ser obstáculos a essa transição para o socialismo, na medida em que podem permitir uma reconversão da exploração capitalista em Portugal. Portanto, concretizando a pergunta, parece-me que a transição para o socialismo em Portugal, de que o Sr. Ministro acabou de traçar as linhas gerais, só é possível se houver um poder revolucionário que o M. F. A. pode garantir, dentro do qual haja um pluralismo político e que aproxime Portugal dos países progressistas do Terceiro Mundo, desalinhando Portugal do actual bloco imperialista. Eu queria que o Sr. Ministro me respondesse a essa questão, que é subjacente a toda esta discussão e às suas próprias declarações.

M. A. — Eu penso que muitas das ideias que agora avançou podem ser ideias componentes dum projecto global a ser elaborado mais desenvolvidamente, até pelo próprio M. F. A. Evidentemente que eu não estou aqui a falar em nome do

M. F. A. É como ministro que aqui venho e, portanto, as opiniões que aqui exprimo só me comprometem a mim próprio. Não sei se focarei o problema exactamente como acaba de o colocar; em todo o caso, eu devo dizer que aquilo que eu tenho pensado como um projecto de independência nacional inclui efectivamente uma coisa que eu considero muito importante, que é a da autonomia progressiva deste país relativamente às superpotências. Isto não só por uma questão de princípio; é também em nome daquilo a que chamou realismo político. E devo desde já dizer, como parênteses, que um dos factores condicionantes da elaboração deste Programa foi exactamente essa noção de realismo político, isto é, tendo em conta as correlações de forças existentes na Europa e no mundo, tendo em conta o espaço geopolítico que ocupamos neste momento, sobretudo a nossa relação estreita na bacia do Mediterrâneo e o lugar que ocupamos nas relações entre o mundo desenvolvido e o Terceiro Mundo. Nessa ordem de ideias, eu penso que toda uma estratégia de desenvolvimento em Portugal deve passar por uma reflexão muito profunda, e portanto por uma redefinição de toda uma concepção da nossa posição, que ocupamos entre os países industrialmente avançados da Europa, os E. U. e doutras partes do mundo, como os países do Terceiro Mundo, sobretudo os novos países de expressão portuguesa em África. Eu julgo que,

isto dentro doutro tipo de problemas, de facto a civilização industrial avançada está em crise, que essa é uma crise de valores da própria civilização (penso, por exemplo, e só de passagem direi, que por exemplo a crise do petróleo é uma crise que encobre uma crise mais profunda do próprio sistema capitalista, portanto que é uma própria crise da civilização) e que grande parte do futuro dos homens concretos que ocupam este planeta nos próximos anos, até ao fim deste século talvez, passa por um novo tipo de relações, a estabelecer entre os países ricos e os países pobres. Ora eu penso que Portugal está especialmente bem colocado para ser um elemento estratégico fundamental nesta inter-relação entre os países desenvolvidos da Europa e os países do Terceiro Mundo, especialmente os novos países de expressão portuguesa que aparecem como potencialidades absolutamente novas no mundo.

C. O. — Desculpe, isso não exclui a via social-democrata de gestão do capitalismo português?

M. A. — Em minha opinião, exclui. Como já disse, estou aqui a falar em meu próprio nome. Em minha opinião, exclui; mas não exclui uma coisa que eu considero muito importante: o socialismo não é incompatível com uma sociedade plural.

C. O. — De acordo.

M. A. — Portanto, eu penso, e esse é um dos aspectos que eu gostaria de deixar aqui nesta conversa, bem frisado, que o problema da liberdade é um problema que deve estar no primeiro plano das nossas preocupações, das preocupações daqueles que querem realmente transformar a sociedade portuguesa, transformando-a numa sociedade efectivamente justa e humana. Para que seja efectivamente justa e humana, ela tem de ser uma sociedade livre. O exercício das liberdades políticas, o exercício dessas liberdades, só é possível, em minha opinião, em sociedade socialista, isto é, só quando o homem estiver liberto da alienação fundamental que é a alienação económica (só depois dela é que vem a alienação política, cultural e doutros tipos), só quando estiver liberto dessas alienações é que está em condições de exercer efectivamente uma liberdade autêntica, e essa liberdade autêntica, em minha opinião, só se exerce numa sociedade plural e socialista.

L. FERRAZ DE CARVALHO — O Sr. Ministro referiu o conceito de liberdade, e de liberdade só autêntica numa sociedade socialista. Pensa que pode haver um período transitório, em que essas liberdades sejam sacrificadas para a construção dessa sociedade, ou pensa que será possível uma via, enfim, não queria utilizar um chavão, mas uma via original portuguesa para chegar a essa

sociedade sem períodos transitórios de privação de liberdades?

M. A. — Eu penso que Portugal tem boas condições para uma transição que eu ainda recentemente defini como uma transição pacífica para um outro tipo de sociedade. Ao dizer que é pacífica, não estou a pensar apenas em termos de luta violenta entre grupos sociais; penso que a ideia de pacífica também envolve esse conceito da possibilidade da manutenção das liberdades fundamentais numa sociedade em transição. Julgo que é possível e julgo que devemos fazer tudo para que isso seja possível. Poderão dizer-me, ou poderão objectar-me, que nessas condições a transição será mais demorada, será mais lenta. Eu contra isso objectarei que, em caso contrário, a transição será muito mais custosa em termos humanos, exigirá portanto muito mais sacrifícios em termos humanos.

F. S. C. — A propósito de sacrifícios, Sr. Ministro, no Programa de Política Económica e Social fala-se em pedir sacrifícios, em que a via é difícil, em que é preciso instaurar um clima de austeridade. Pôs-se-me a dúvida de como é que reagirá uma população, em que uma grande parte das pessoas, a maioria das pessoas vive, digamos, miseravelmente, e a quem o 25 de Abril parecia trazer uma esperança de melhoria de nível de vida,

perante um Programa que lhes pede sacrifícios. Como é que o Sr. Ministro pensa que será cumprido um Programa que pede sacrifícios a uma população que aspirava pelo menos imediatamente a uma melhoria do seu nível de vida material?

M. A. — Bem, eu começo por dizer que considero perfeitamente justificáveis as expectativas de grande parte da população portuguesa a uma melhoria rápida de nível de vida após o 25 de Abril. Sabemos todos em que condições viveram as classes trabalhadoras neste país, que foram efectivamente sobreexploradas no antigo regime, e que a sua aspiração a um melhor nível de vida é perfeitamente justificada. Por isso, estou perfeitamente consciente, e todos aqueles que partilham das responsabilidades do poder estão também perfeitamente conscientes, das dificuldades que teremos em fazer compreender totalmente à população portuguesa a necessidade dos sacrifícios que vão ser pedidos. Mas, em minha opinião, sem que a população aceite a necessidade de fazer esses sacrifícios que lhe são pedidos, não há programa nenhum político, de política económica, não há plano nenhum que possa evitar uma desagregação da economia portuguesa neste momento.

C. O. — Sr. Ministro, posso interrompê-lo? Há uma certa agitação social que se tem tradu-

zido por algumas acções nas empresas, que o Sr. Ministro definiu, na conferência de Imprensa, não como ocupação, mas como defesa dos trabalhadores. Por outro lado, no Alentejo há também uma certa acção dos trabalhadores rurais no sentido de ocupar terras incultas que os latifundiários deixam por cultivar. Ora bem, no Programa avança-se com algumas nacionalizações. Eu penso que a transição portuguesa para uma sociedade socialista não se pode fazer sem participação popular. O capitalismo de Estado a que poderia dar lugar o Programa de Política Económica e Social só será capitalismo de Estado se excluir o controle operário sobre a produção. Por outro lado, os sacrifícios só se podem pedir se os trabalhadores e a classe operária trabalharem para o socialismo e não para o patronato.

M. A. — Certo, interrompeu-me na altura em que eu procuraria desenvolver justamente esse tema. Eu penso que não é possível pedir à população portuguesa sacrifícios se ela não estiver bem consciente de que os sacrifícios pedidos não vão resultar em benefício das classes dominantes, daquelas que até hoje detiveram os grandes meios de produção e de troca, e que portanto estiveram em condições de acumularem lucros à custa dos sacrifícios que anteriormente lhe eram pedidos. Portanto, os sacrifícios são pedidos em nome de alguma coisa, em nome da construção de uma

nova sociedade, em que os trabalhadores sejam efectivamente donos do seu próprio destino. Para isso, penso que é realmente fundamental começarmos, desde agora, durante a aplicação deste Programa, a encontrar fórmulas ajustadas de intervenção dos trabalhadores na vida das próprias empresas a que pertencem, sejam elas do sector primário, secundário ou terciário; quer dizer, em todas as empresas, tanto no campo como nas cidades, os trabalhadores têm que encontrar formas efectivas de intervenção; e quando falo em intervenção, e esse é o termo que é empregue no Programa, quis-se deliberadamente fugir ao termo participação, que tinha conotações de todos conhecidas desde o tempo do gaulismo e, enfim, de todas as formas que o neocapitalismo quis empregar para recuperar as possibilidades de intervenção dos trabalhadores. Penso de facto que as intervenções dos trabalhadores na gestão dos seus próprios destinos são um meio fundamental para orientar a sociedade portuguesa para novos rumos. Simplesmente, o que nós não temos neste momento são modelos que reconhecidamente possam conduzir a sociedade portuguesa nesta direcção que acabo de apontar. Isto é, não me convince, a mim, a importância mecânica de formas de cogestão ou de autogestão utilizadas em outros lados, e muito menos me convencem certas formas de intervenção selvagem que têm acontecido no nosso país depois do 25 de Abril. Eu com-

preendo perfeitamente que na situação concreta que o país vive, e dados os ressentimentos existentes por parte da grande massa da população portuguesa relativamente a muitas empresas, que muitas acções espontâneas de trabalhadores tenham tomado formas anárquicas que o poder político tem obrigação de condenar aberta e severamente. Mas também temos, eu tenho pelo menos, esta noção bem clara de que não é possível conduzir a sociedade portuguesa para novos rumos, isto é, portanto, na direcção de uma sociedade em que os homens sejam realmente senhores do seu próprio destino, e isso é que é, no fundo, o exercício efectivo da liberdade concreta, sem que os trabalhadores encontrem formas reais de controle e de gestão do aparelho produtivo no seu conjunto. Aí temos nós, em conjugação com os trabalhadores, de encontrar essas formas concretas; elas não se encontram num dia só, não é por uma elaboração teórica de gabinete que as vamos encontrar, é através de uma prática real e duma dialéctica muito intensa entre aqueles que têm de facto de decidir sob formas concretas e aqueles que vivem a práxis. É isso.

L. F. C. — Sr. Ministro, é feita no Programa referência ao papel da iniciativa privada. Parece-me que pode haver um certo perigo entre as duas margens dessa intervenção da iniciativa privada: por um lado, se a iniciativa privada, excluindo

os grandes grupos financeiros e económicos que à partida não poderão mais actuar como actuaram no passado, se essa iniciativa privada for extremamente eficaz, poder-se-á caminhar para um neocapitalismo, que me parece que o Sr. Ministro recusa. Por outro lado, se se disser à partida que, se for muito eficaz, terá o seu caminho cortado, pode haver um desinteresse súbito dos empresários, que também eles vieram de um período em que não havia reflexão, pois estavam protegidos pelo sistema, mas essa própria protecção impediu que eles raciocinassem, e que mesmo que pretendendo adaptar-se e contribuir para este projecto patriótico podem ser permanentemente ultrapassados pelos acontecimentos e virem a ser um peso morto, ou até um peso negativo nesta evolução; e tudo isso são ameaças ao desequilíbrio do sistema económico, e as ameaças ao desequilíbrio do sistema económico penso eu que são das maiores ameaças à tal liberdade que o Sr. Ministro referiu. Qual é o papel da iniciativa privada neste Programa? Eu estou a falar da iniciativa privada que genuinamente quer contribuir para um projecto patriótico mas à qual será difícil pedir para entrar numa via suicida. Portanto, quais são as vias razoáveis?

M. A. — Bom, aquilo a que chama via suicida para a iniciativa privada seria a via que fosse apontada por nós num sentido de um tipo

de socialismo que é muito diferente daquele que eu falo. Eu, ao pôr o acento da sociedade pluralista, da sociedade plural dentro duma sociedade política perfeitamente organizada, em termos de organização do tipo de produção segundo o modelo socialista, abro justamente a possibilidade de uma larga zona de actividades que podem ser exercidas por iniciativa privada. Eu penso que a colectividade não pode dispensar o controle dos grandes meios de produção e troca. Sem isso, é impossível o exercício concreto do socialismo; mas penso também que é perfeitamente conciliável uma via colectivista para os grandes sectores-chave da economia, para a planificação da vida económica, do aparelho produtivo no seu conjunto, com a existência de largas zonas de mercado. É um projecto que está longe de estar suficientemente elaborado, desenvolvido em todas as suas consequências, mas eu julgo que não será possível conciliar aquilo a que chamamos a sociedade plural e a liberdade com a propriedade colectiva dos meios de produção sem que haja zonas importantes que fiquem consagradas ao sector privado. Penso é que, de facto, o Estado terá sempre que ter uma orientação firme de toda a vida económica e de estabelecer regras bem definidas para orientação do próprio sector privado. Julgo que isto não é incompatível, mas penso que este tema pode ser desenvolvido se o entenderem.

L. F. C. — Eu gostaria de desviar-me do papel dos empresários privados para o papel de todos nós. O Sr. Ministro há pouco referiu que havia um debate intenso na esquerda portuguesa sobre as novas vias a adoptar. Eu peço desculpa, mas não estou de acordo com essa afirmação. Parece-me que nós estamos num momento apaixonante da vida portuguesa, porque, por um lado, o 25 de Abril aconteceu num momento em que a sociedade, as sociedades industriais que poderiam actuar como modelos para a nossa estão em crise, estão a ser contestadas de dentro, e portanto esse modelo perde atracção; e, por outro lado, as próprias relações entre os países se alteraram profundamente à medida que os países que só dispunham de matérias-primas perceberam a possibilidade de actuar politicamente em relação a isso. Por outro lado, há outros problemas que não têm sido focados, que são os problemas dos países que nem de matérias-primas dispõem e para os quais muito concretamente se põem aspectos terríveis, como seja o espectro da fome. Por outro lado fizemos a descolonização e poderíamos de facto vir a assumir um papel privilegiado como plataforma entre diversos continentes, e no entanto parece-me que após o 25 de Abril, e talvez para mim surpreendentemente, o nível da discussão livre, livre no sentido de original, entre a esquerda, baixou. Baixou porque passou a ser, na minha visão, muito marcada por opções ideo-

lógicas ou partidárias; à partida, portanto, as pessoas já não discutem os argumentos, mas se uma determinada opção ou uma determinada ideia se insere ou não dentro de uma determinada linha; inclusive, a discussão de experiências estrangeiras diversas também desapareceu, porque, ou as pessoas atacam o que não sei quê ou defendem porque não sei quê, globalmente, e não se aproveita de todas essas experiências (era outra vantagem de fazermos uma revolução em 1974 — podermos aproveitar toda a experiência anterior) e parece-me que há efectivamente, eu falo como homem de Imprensa, que estou habituado a analisar a Imprensa, parece-me que há um bloqueamento muito grande, em que um conjunto de pessoas falam no deserto, repetem as mesmas ideias e, inclusive, parece-me que há neste momento um grande primarismo. Até me parece que certas revistas que, antes do 25 de Abril, mais ou menos clandestinamente, com uma tiragem reduzida, introduziram uma grande discussão, neste momento tendem também a ser monocórdicas. Isto parece-me que é muito grave, não só porque se está a perder uma possibilidade de criação dessa tal via original, como, por outro lado, um certo terrorismo intelectual, que o Sr. Ministro Jesuino referia há dois ou três dias numa entrevista, bloqueia as pessoas, aterroriza muita gente, sobretudo porque as pessoas não estavam habituadas a uma discussão política em termos livres. Pensa

o Sr. Ministro que a partir deste Programa se vai iniciar esse debate, ou não haverá o perigo de que o Programa sirva mais uma vez para cada um repetir os seus argumentos mais ou menos partidários?

M. A. — Bem, tanto quanto eu posso dizer é que da minha parte gostaria que este Programa fosse realmente o ponto de partida para debates criadores dentro daquilo que consideramos a esquerda em Portugal; de um modo geral entre todas as forças políticas, mesmo aquelas que não se reclamam efectivamente uma posição de esquerda; não excluo, portanto, nenhuma formação política ou ideológica à partida. Eu quando há pouco referi o debate intenso que tem havido não me referia a um debate, digamos, no ângulo a que se referiu agora. Eu penso também que as discussões, mais que debate, que têm apaixonado os meios políticos são todas elas orientadas numa determinada perspectiva, não numa perspectiva criadora, mas numa perspectiva de colocação de pedras em determinados pontos de todo o aparelho que domina, ao fim e ao cabo, o Estado. Isto é, de conquistar posições que permitam mais facilmente, em termos eleitorais, ou em termos eleitoralistas, se lhes quisermos chamar assim, vir a ter um papel preponderante na sociedade portuguesa do futuro. Isso lamento, do meu ponto de vista também o lamento, porque me parece

que uma contribuição crítica e eficaz para a construção de um novo modelo da sociedade portuguesa deveria ser uma preocupação permanente de todos aqueles que têm responsabilidades a todos os níveis, portanto, a todos os níveis da vida portuguesa. Julgo que este Programa podia, de facto, ser o ponto de partida para esse debate. Eu apenas o que posso dizer é que é desejável que o seja; no entanto, tenho as minhas reservas sobre se ele realmente pode vir a constituir a plataforma donde partam esses debates criadores, justamente pela experiência do passado recente. Contudo, julgo que existem ainda em Portugal reservas suficientes de inteligência e de lucidez, e portanto elementos culturais inovadores, que podem, a partir deste Programa, como a partir da própria prática da vida política e social portuguesa (essa é mais fundamental do que qualquer documento escrito), produzir de facto ideias inovadoras, ideias originais que não estejam aferradas a esquemas já assentes, já elaborados, e que possam portanto dar um efectivo contributo para a definição de uma nova sociedade.

F. S. C. — Gostaria de voltar um pouco mais ao concreto do Programa de Política Económica e Social e referir que um dos pontos mais focados nesse Programa é a necessidade de uma nova política, ou de uma política de padrões de consumo, que se traduzirá numa restrição a consu-

mos, e não só a consumos propriamente de bens supérfluos, mas consumos de bens que são correntes em países industrializados mas que, segundo se diz no Programa, estão de certo modo fora do alcance dum país com os recursos económicos e sociais portugueses. Ora isto, enfim, está dito duma forma muito genérica, e gostaria que o Sr. Ministro concretizasse um pouco mais o que entende por uma política de restrição ao consumo de bens supérfluos e outros não tão supérfluos como isso.

M. A. — Isso de facto é um tema aliciante, que daria para muitas horas de conversa. Procurarei ser tão sintético quanto possível no enunciado das questões fundamentais em torno desse tema. Eu julgo que Portugal herda do passado, entre muitas outras coisas, um peso enorme que neste momento se exerce com muita força, e contra o qual temos que lutar, que é o das expectativas criadas na população portuguesa após o 25 de Abril relativamente àquilo que foi considerado um acesso agora fácil e rápido a bens de consumo que são correntes nas sociedades industriais avançadas. Compreende-se perfeitamente que isso tivesse acontecido, era inevitável que isso acontecesse e era irreprimível por parte da esmagadora maioria da população portuguesa essa tentativa de alcançar a sociedade de abundância, tal como ela é apresentada sobretudo nos países vi-

zinhos da Europa, para onde foram milhares dos nossos emigrantes. Era difícil, como dizia, reprimir essa expectativa. De um modo geral, a população portuguesa tem em relação às sociedades de consumo uma relação, digamos, que se pode exprimir desta forma: é que os bens dessas mesmas sociedades são considerados como que as próprias imagens da felicidade.

C. O. — Sr. Ministro, dá-me licença? Estava há pouco para lhe fazer uma pergunta, faça-a agora: eu julgo que um dos limites previsíveis para uma execução deste Programa de Política Económica e Social tendente a assegurar a transição efectiva para o socialismo — e o socialismo é sempre o poder democrático dos trabalhadores exercido no controle total sobre todas as partes e actividades da sociedade —, uma das ideias que poderá estar na base da execução deste plano de modo a assegurar a transição para o socialismo, repito, é a ideia da revolução cultural. Talvez valha a pena dizer o que eu entendo por isto. Entendo por revolução cultural uma campanha de consciencialização, de discussão, de participação popular maciça, para que aquilo que durante anos e anos foi apontado como meta para os portugueses, e que algumas forças políticas depois do 25 de Abril têm contribuído também para apontar, isto é, que Portugal se aproxime dos padrões de consumo da Europa industrializada

neocapitalista, para que esses padrões sejam substituídos por outro modo de vida, por outra perspectiva de vida, outra vida comunitária, de modo a substituir por padrões próprios, optados por intermédio duma prática política, por uma discussão maciça do povo português, por padrões próprios que partam das realidades concretas da sociedade portuguesa, da própria experiência histórica dos trabalhadores portugueses e da classe operária portuguesa. Portanto, é necessário fazer acompanhar a transição para o socialismo que este Programa implica por uma revolução cultural definida neste sentido. Qual é a opinião do Sr. Ministro acerca deste problema?

M. A. — Para exprimir o meu pensamento duma forma breve e clara, penso que não é possível, de facto, a aplicação deste Programa, não será jamais possível, sem uma mudança radical do estilo de vida que é corrente nas sociedades industriais avançadas. Quero dizer que o projecto de transformação da sociedade portuguesa é incompatível com o neocapitalismo. Esse é um ponto que eu considero assente. Não é possível reproduzirmos em Portugal as etapas que foram percorridas pelas sociedades industriais avançadas em face dum projecto de sociedade que nada tem que ver com aquele projecto que nós temos que implantar em Portugal, se queremos realmente aqui instituir uma sociedade efectivamente justa

e humana. O termo revolução cultural a que alude parece-me adequado; não tem nada que ver, de facto, com uma experiência com o mesmo nome ocorrida, por exemplo, na China, mas pode ser perfeitamente aplicada ao caso português.

C. O. — Posso fazer um parênteses? Eu penso que todos os processos revolucionários, exactamente porque são revolucionários, são originais. Isso é para corroborar a sua afirmação.

M. A. — Para completar, ainda que provisoriamente, o meu pensamento, eu devo dizer que, quando se fala em austeridade, quando se fala em severidade até, de costumes que devem ser introduzidos na sociedade portuguesa para se alcançar algo de novo para este país, têm-se em conta realidades económicas muito cruas, muito realistas, muito presentes neste momento, e novos valores culturais, e até novos valores morais, que têm que ser introduzidos em todo este processo sob pena de ele falhar por completo. Ao falar, portanto, em termos de valores económicos concretos, isso pode resumir-se no seguinte: Portugal não pode continuar a viver durante muito mais tempo a ter que importar grande parte daquilo que consome e tendo como contrapartida uma exportação que é mais do que insuficiente para cobrir essas mesmas importações. De um modo geral, pode-se dizer que estamos a consu-

mir muito mais do que aquilo que podemos, isto é, muito mais do que aquilo que os nossos recursos podem, e portanto que, a breve trecho, as nossas reservas, em termos financeiros, pura e simplesmente se esgotam, desde que não apareçam na sociedade portuguesa novas perspectivas de consumo. Portanto, os consumos têm que ser canalizados para consumos nitidamente voltados para a colectividade, para beneficiar a colectividade, em detrimento dos consumos individuais, e tudo isto passa, de facto, por uma renovação muito completa de todos os valores que informam a sociedade portuguesa. As expectativas de consumo existentes até agora têm que ser efectivamente compreendidas por grande parte da população. Isto não se consegue num dia, mas tem que ser um esforço contínuo de todos os responsáveis a todos os níveis, tanto do aparelho de Estado como daqueles que têm responsabilidades a nível cultural e a nível das formações políticas mais conscientes.

L. F. C. — O Sr. Ministro referiu aí em termos perfeitamente realistas uma verdade portuguesa, que aliás já era verdade antes do 25 de Abril, que é que Portugal consome mais do que aquilo que produz. Isto é, todos nós, uns de uma forma mais privilegiada outros menos, mas todos nós gastamos mais do que aquilo que produzimos. Tecnicamente esse problema resolvia-se facil-

mente com uma ditadura, pois havia uma entidade que detinha o poder e que estava disposta a usar de meios repressivos intensos para obrigar as pessoas a baixar os seus padrões de consumo. Foi referida aqui outra via, que é a via da adesão, no fundo, de uma acção que leve as pessoas a aderirem e não a serem «forçadas a». No entanto, parece-me que na linguagem política que mais habitualmente chega ao público há todo um conjunto de expressões que levam ou que podem levar a pensar que uma parte da população, a população no sentido Instituto Nacional de Estatística, as pessoas que aqui vivem, ficará excluída desse processo. Parece-me que este problema é um problema muito complicado porque realmente uma das originalidades, no meu ponto de vista, da revolução do 25 de Abril foi que se passou sem sangue, não resultou duma guerra anterior, quer dizer, não encontrou um país destruído por uma guerra, encontrou-o destruído de uma certa forma por uma guerra, mas não fisicamente, e eu diria, em termos simplistas, que isto é uma peça onde os actores todos continuam no palco; agora vêm uns para a frente, vão outros para trás, mas estão todos no palco. Parece-me que a preservação de uma certa liberdade (eu não queria entrar aqui na discussão do que é que é liberdade, do que é que não é, pois todos nós sentimos um pouco o que é que é liberdade), a preservação de uma certa liberdade passa pelo

projecto de adesão. Receio que a linguagem que normalmente chega através dos meios de comunicação mais potentes seja uma linguagem que tende ou que pode dar ideia que há uma larga zona da população que está excluída. Por exemplo, o César Oliveira falou aqui em poder operário; pois os operários em Portugal não chegam a um milhão, há outros oito milhões. O Sr. Ministro, por outro lado, na conferência de Imprensa que fez há dias, referiu o papel das classes médias neste país, eu gostaria que...

M. A. — Eu acho que isso tem que ver também com aquela questão que me pôs há pouco a respeito do papel da iniciativa privada, quer dizer, está interligado. A nossa proposta de uma nova sociedade não exclui de facto as largas camadas da população portuguesa que não podem ser classificadas dentro da noção ou dentro da classificação habitual de proletariado. Eu penso que este processo, para manter o tal traço de originalidade a que nos temos que referir, isto é, para que seja uma via autónoma portuguesa, no sentido de uma sociedade socialista, tem que dizer claramente a todo o país que conta com todas as classes e camadas da população. Eu penso que, de um modo geral, devo dizer uma coisa que pode escandalizar muita gente, é que neste momento o projecto nacional, a que me referi no princípio deste nosso diálogo, o projecto nacional de tran-

sição para uma nova sociedade, implica que subalternize neste momento a luta de classes em função de uma proposta mais ampla. Eu julgo que, para construirmos um modelo original de socialismo, não podemos de forma nenhuma pôr de parte o papel das classes médias, e que o poder político que esteja disposto a levar por diante este projecto tem que fazê-lo em aliança estreita também com os vários extractos e camadas da classe média que, através da sua inserção no aparelho produtivo, como centros de iniciativa privada, podem dar, e darão certamente, um contributo decisivo para a vitória desta, acrescentamos, via original.

L. F. C. — Aliás há um sector que não foi aqui referido até agora, mas de que Portugal concretamente muito depende, sobretudo se pretender uma via autónoma, que é o sector dos quadros e dos técnicos. Os quadros e os técnicos têm estado neste processo numa posição um pouco de expectativa. São atacados por baixo, são lisonjeados por certas forças políticas, mas receio que não tenham ainda uma meta a atingir, a não ser naqueles casos em que são extremamente politizados. Por outro lado, uma das heranças que estes 48 anos lhes deixaram foi um capital tecnológico muito reduzido, no sentido de capacidade, de talento humano, e a via autónoma, se for buscar a qualquer outro país, seja ele de que zona for,

essa capacidade tecnológica, é capaz de ir para uma hipoteca menos visível, mas mais profundamente alienante do que se pura e simplesmente se for buscar capitais ao exterior. E parece-me que seria uma missão difícil para o poder instituído (e estou a referir-me neste caso concretamente ao M. F. A.), uma missão difícil mas importante, chamar esses técnicos à sua contribuição, porque me parece que o primarismo das discussões a que assistimos afasta naturalmente aqueles, e serão a grande maioria, que não estão tão politicamente empenhados que participem.

M. A. — Eu julgo que tem razão, quando chama a atenção para o papel que os técnicos, num sentido genérico, podem vir a ter neste processo. Conheço também a forma como muitos deles têm sido atacados, como têm sido excluídos até deste processo, mas eu devo dizer claramente uma coisa, é que, se realmente, nesta fase de transição, nós temos que dar ao Estado um papel cada vez mais importante na transformação das relações sociais de produção, nós não podemos dispensar o papel dos técnicos competentes. Não é possível, com o aparelho administrativo de que o Estado dispõe neste momento, proceder a transformações significativas se não dispuser de homens competentes, de homens honestos, de homens sérios que sejam capazes de pôr em prática as grandes orientações

do Estado no sentido das transformações que se têm que operar. Por isso eles são absolutamente indispensáveis.

C. O. — Sr. Ministro, eu considero que, sendo a classe operária, o operariado fabril, um milhão e pouco, e nós estamos a chegar ao fim, eu vou tentar ser breve, de qualquer modo, na população activa, os trabalhadores, isto é, aqueles que vivem em regime de trabalho assalariado, constituem a grande maioria da população activa portuguesa. Eu também penso que não há projecto nenhum revolucionário adequado às condições concretas da sociedade portuguesa que não implique uma aliança do proletariado com a pequena burguesia e com certos sectores das classes médias. No entanto, o processo de concentração capitalista em Portugal e de capital monopolista matou sobretudo as classes médias em Portugal. As classes médias em Portugal hoje, do ponto de vista económico, parece que significam muito pouca coisa. Por outro lado, há que articular saídas para o problema da pequena burguesia, que só podem ser saídas revolucionárias se forem saídas que se entronquem no projecto político do proletariado, portanto num projecto político socialista. Assim, o Programa Económico que tipo de soluções prevê para a pequena burguesia? Refiro-me aos pequenos proprietários rurais e também aos pequenos proprietários industriais. Que soluções

são essas que não entrem o processo revolucionário, isto é, que não entrem a transição para o socialismo?

M. A. — Eu penso que o Programa de Política Económica e Social não pôde ir tão longe quanto possivelmente seria desejo de alguns sectores sobre uma definição em termos sociológicos e em termos políticos do papel da pequena burguesia, visto que, até, a perspectiva com que foi encarado o Programa não foi uma perspectiva de classes, foi de facto uma perspectiva nacional. Estou de acordo em que se têm que estabelecer alianças muito sólidas entre a pequena burguesia e largos sectores da média burguesia. No entanto, eu devo fazer notar que as próprias condições em que se realizou o processo de acumulação capitalista em Portugal, conjugadas com a própria história deste país, ao longo destes anos, deram ao capitalismo português também características muito especiais, por que não podem ser feitas o mesmo tipo de análises ao capitalismo português que são feitas em relação a outros tipos de capitalismo monopolista existentes em outras partes do mundo. Sabemos que era um capitalismo com características muito peculiares, entrosadas numa sociedade profundamente senhorial, e até feudal em muitos aspectos, o que deu ao capitalismo português, portanto, características tais que a análise da luta de classes em

Portugal tem que passar por uma reflexão muito concreta e muito profunda das condições objectivas em que se desenvolveu aqui neste país o capitalismo. Donde, quando eu digo que o projecto nacional a que me referi deve prevalecer sobre a análise da evolução da sociedade portuguesa em termos ortodoxos clássicos da luta de classes, quero com isto, portanto, dizer que, efectivamente, a grandes sectores das classes médias e a toda a pequena burguesia portuguesa estão reservados papéis muitíssimo mais significativos do que teriam se aqui se tivesse desenvolvido um capitalismo clássico, e portanto em que o proletariado aqui fosse claramente a classe revolucionária que teria como projecto fundamental a conquista violenta e portanto imediata do poder, pondo de parte essas mesmas classes. Isto está relacionado com o papel da iniciativa privada. Como disse no decorrer deste diálogo, a largos sectores dessas classes está reservado um papel muito importante na manutenção daquilo que definimos genericamente como iniciativa privada. Sem pôr de parte que todo o aparelho produtivo no seu conjunto deva de facto estar nas mãos daqueles que são capazes realmente de dar um sentido de transformação histórica à sociedade portuguesa.

## ÍNDICE



1.	<i>RESUMO DO PROGRAMA DE POLITICA ECONOMICA E SOCIAL, por Francisco S. Cabral</i> . . . . .	9
2.	<i>POLITICA DE CONTROLE DO PODER ECONOMICO, por João Cravinho</i> . . . . .	39
3.	<i>CARTA ABERTA A MELO ANTUNES, por João Martins Pereira</i> . . . . .	47
4.	<i>BREVES COMENTARIOS SOBRE O «PROGRAMA DE POLITICA ECONOMICA E SOCIAL», por Eugénio Rosa</i> . . . . .	65
5.	<i>«RESPONDER AO PAIS»</i> . . . . .	91

Este livro  
acabou de se imprimir  
na  
Beira Douro, Limitada  
em Maio de 1975  
para  
MORAES EDITORES

N.º ed. 642  
3.000 ex.

